



Diário Oficial Eletrônico

Câmara Municipal de Piracaia

Quarta-feira, 08 de janeiro de 2020 - Edição nº 42 - Ano III
Instituído pela Resolução nº 79/2018 - www.camarapiracaia.sp.gov.br

01

“ATOS DO PODER LEGISLATIVO”

O EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACAIA Estado de São Paulo, no uso das formalidades legais da Resolução nº 79/2018 e considerando a necessidade de definir responsabilidades administrativas da Casa, torna público os seguintes atos oficiais:

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACAIA EM 05/12/2019, ÀS 19 HORAS, PARA DISCUSSÃO E DEBATE SOBRE O “PROCESSO DE TOMBAMENTO DOS IMÓVEIS DA MASSA FALIDA SAPACO (BATA), EM CURSO NO CONDEPHAAT (CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO), E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA O MUNICÍPIO DE PIRACAIA”.

Presidente Ver. GLAUCO: Dou início à audiência pública, convocada por esse Poder Legislativo, para discussão e debate sobre no CONDEPHAAT e seus desdobramentos para o município de Piracaia. Agradeço a presença dos vereadores Alberto e Maurício e convido para compor a mesa as seguintes autoridades: Senhor Prefeito, que não está presente, a hora que chegar ele vem compor, representantes do CONDEPHAAT, arquiteta Rosane, síndico da massa falida da SAPACO, Dr Luiz Henrique Bueno, o membro da família BATA, Doutor BATA, representante do Centro de Memória “JindrichTrachta” – Núcleo Complexo Batatuba, Sr. Dirceu Cardoso, representante dos credores da massa falida da SAPACO, Dr Fábio Vilches, o senhor Edmo Celio Beltrame, representando a indústria Ballagro, proprietário de imóvel na área, a senhora Débora Neves da área técnica do CONDEPHAAT. Agradeço a presença de todos e vamos dar início a nossa audiência pública. Só para a gente deixar registrado, a reunião não foi realizada no bairro de Batatuba, na Vila Operária, por ser um assunto de interesse do município todo, e pela Câmara ter toda a estrutura para atender a todos nós da melhor maneira possível. Quero também deixar registrado que a nossa intenção é apenas entender tudo que está acontecendo, sem tomar partido de um dos lados. Tem uma leitura aqui, mas eu não vou fazer, eu já vou abrir a audiência pública solicitando às autoridades presentes, seus representantes, a fazerem uso da palavra. E o primeiro que eu convido a fazer o uso da palavra é representante do CONDEPHAAT.

Rosane CONDEPHAAT: Boa noite a todos e a todas, pela oportunidade aqui de apresentar na câmara um pouco do trabalho que tem sido desenvolvido pela área técnica do CODEPHAAT, que é órgão de patrimônio do Governo do Estado de São Paulo. E eu trouxe aqui uma breve apresentação, narra um pouco desse

processo de estudo do tombamento do bairro de Batatuba, especificamente dos remanescentes da antiga fábrica Bata. O processo de tombamento foi iniciado a partir de uma solicitação de abertura de estudo, que foi realizada pelo Centro de Memória “JindrichTrachta” – Núcleo Complexo Batatuba, e passou inicialmente pelo processo de instrução técnica preliminar. Esse período de instrução técnica preliminar foi desenvolvido dentro da área técnica do CONDEPHAAT. E há algum tempo houve uma deliberação favorável à abertura de estudo tombamento, ou seja, o processo de tombamento é dividido em duas fases, a primeira fase foi concluída com parecer positivo em relação a necessidade de aprofundamento de estudos. Após a deliberação favorável do CONDEPHAAT, em relação à abertura deste estudo, foi publicada no Diário Oficial e após a publicação no Diário Oficial, fizemos envio notificação dos interessados. No caso foram considerados interessados, nesse processo, o centro de memória, que foi o requerente do pedido de tombamento a um juiz de Tribunal de Justiça de Piracaia, já que tem acompanhado o processo judicial de execução da massa falida, escritório de advocacia, o Síndico da massa falida, que é quem administra essa propriedade atualmente, a empresa Ballagro, já que dentro da empresa Ballagro havia muitos bens que estavam em estudo de tombamento, a delegacia de polícia de Piracaia e Prefeitura Municipal de Piracaia, como é praxe e como faz parte do protocolo de todos os estudos de tombamento do CONDEPHAAT. Então, atualmente, a gente tá nessa segunda fase de instrução técnica, já do estudo do tombamento. No momento em que o estudo foi aberto, no momento que o CONDEPHAAT avaliou o processo e decidiu por esse aprofundamento, foi dada a área técnica um prazo de 90 dias, para a realização desse estudo. Isso não acontece de praxe em relação aos outros pedidos de tombamento, mas foi possível nesse caso, graças à grande quantidade de documentação que nos foi fornecida pelo requerente, no caso pelo centro de memória. Então com base em uma grande massa de informação de documentos organizados e sistematizados nós da área técnica, assumimos o compromisso de realizar esta instrução técnica em 3 meses. Algo que é bastante raro nos processos de tombamento do CONDEPHAAT, que costuma levar um pouco mais de tempo. Porque esse compromisso três meses foi assumido?! Levando em consideração o processo de execução da massa falida, que deve ser finalizado com Leilão Judicial. Então, todos esses itens do 1 ao 6, que estão destacados, foram itens que já foram realizados. O que falta, então, para ser

finalizado o estudo do tombamento é a ciência voltada ao tombamento definitivo. Falta a deliberação final do CONDEPHAAT, a segunda notificação aos interessados, um prazo de contestação que é dado a todos os pedidos de tombamento. Caso haja alguma contestação, esse período de contestação será novamente analisado e deliberado e, por fim, se mantido o tombamento ele é homologado pelo Secretário de Cultura. Aqui do lado vocês podem olhar dois documentos, embaixo a publicação Diário Oficial fazendo a divulgação desse resultado do tombamento provisório, que é a primeira parte do tombamento. Em cima, uma síntese da reunião do Conselho que fez essa decisão. Foram dois, basicamente, os motivos que justificaram a abertura do estudo de tombamento dessa área de Batatuba. Primeiro motivo tá relacionado ao valor histórico que é atribuído a essa área, o valor histórico ele pode ser entendido considerando que Batatuba é um remanescente do processo de industrialização brasileiro. No Estado de São Paulo teve um período de grande pujança na década de 40, então, Batatuba é um testemunho desse processo. Além disso, ele registra a presença tcheca no Brasil, relacionada aos impactos da Segunda Guerra Mundial. Além disso, também, é um exemplo de interligação de Ramos agroindustriais do país, já que a indústria de Batatuba ela reunia, dentro das suas atividades, vários ramos distintos, que ia desde a produção de sapato até a o cultivo agropecuário. O segundo motivo de abertura de estudo do tombamento está relacionado ao valor urbanístico da área. Que valor urbanístico é esse?! Batatuba surgiu como uma cidade industrial planejada, a partir do final da década de 30 e início da década de 40. Nesse período, as cidades pensadas, as cidades planejadas, segundo o único ato criativo, eram algo bastante raro de acontecer. Então Batatuba foi bastante pioneira em relação a esse modelo de planejamento urbano. Vocês podem ver a imagem do plano total, que foi pensado, porém apenas uma pequena parte do plano foi executada. A parte do plano que foi executada as casas estão grafadas em preto, a imagem que não é tão interessante, mas se previu uma fundação de uma cidade completa. No formato de planejamento Urbano, que no Brasil, até então, era praticamente inédito. Acho que alguma coisa aconteceu na imagem, mas algo que é bastante importante esclarecer, sobre o que o tombamento prevê e o que o tombamento não prevê, o tombamento é o instrumento jurídico de proteção ao patrimônio cultural. O que ele prevê?! A permanência física dos edifícios. Além disso, prevê a realização de reformas e manutenção nos Imóveis que compõem a área tombada. Ou seja, uma área Tombada não fica congelada, porque se entende que ela não pode ser congelada. Ela tem que participar da dinâmica da sociedade. Além disso, é um instrumento que prevê a utilização de incentivos fiscais, já regulamentados, sobretudo, no município. E também, é uma forma de captação de recursos para a preservação através de fontes de financiamento específicas do Estado. O que o tombamento não prevê?! Ele não prevê a desapropriação do imóvel, ou seja, os imóveis permanecem com os mesmos proprietários, antes e após o tombamento. No caso, tombamento realizado pelo Governo do Estado de São Paulo não faz com que o Governo do Estado de São Paulo se torne o novo proprietário. Ele não prevê, como foi perguntado anteriormente, o congelamento da cidade, já que se entende que modificações nos Imóveis são necessárias, para que os mesmos continuem a ser utilizados. Então, o tombamento apenas coloca uma camada de proteção, adicional,

às outras camadas de proteção que todos os bens já possuem. Pelo fato de eles estarem presentes numa regulamentação normalmente municipal. Então, falando especificamente sobre a proposta de tombamento que foi apresentada ao conselho, e foi deliberada favoravelmente. Nós separamos as diferentes áreas por zonas, a zona Habitacional que, é aproximadamente composta por 60 residências operárias, além da hospedaria de solteiros, a casa do diretor e a casa de Jan Antonin Bata. Esse último imóvel é localizado na propriedade da empresa Ballagro, todos os outros edifícios estão localizados dentro da propriedade da massa falida. Além disso, a zona Fabril que é formada por todos os galpões fabris, que compõem a antiga fábrica de calçados Bata, da companhia SAPACO, do outro lado da rodovia, alguns equipamentos coletivos, no caso a praça e o cinema clube recreativo, porque são elementos que também faziam parte do plano urbanístico de Batatuba, e que recebem, portanto, o valor histórico e urbanístico, a zona comercial formada por um conjunto de edificações comerciais ao longo da principal via de acesso à zona Operária de Batatuba e por fim a pista de pouso por, também, fazer parte desse plano urbanístico. Então, tudo isso conforma uma área de tombamento formada por três corpos distintos, um Central que vai desde a zona dos galpões até a Vila Operária de Batatuba, o outro corpo, destacado, formado pela pista e um terceiro corpo formado apenas pela casa Jan Antonin Bata. E o que significa essa área dentro da atual área da massa falida, da companhia SAPACO?! Vocês estão vendo em amarelo a área total da massa falida, dentro da área total da massa falida há pequenos descontos que dizem respeito ao Rio Cachoeira, que dizem respeito à Rodovia e que também dizem respeito, tanto a propriedade da empresa Ballagro, com algumas outras propriedades que atualmente são da Prefeitura do Município de Piracaia. Então, dentro toda essa área, a projeção está mudando um pouco as cores, é um pouco difícil de perceber a partir da perspectiva de vocês. Esse compõem o primeiro polígono, mais um pouco acima o segundo polígono e mais um pouco à direita, aqui embaixo a pista de pouso e mais um pouco à direita dentro da propriedade da empresa Ballagro, essa terceira área. Então, são áreas que não são expressivas, em termos de tamanho, considerando que a propriedade da massa falida possui aproximadamente 198 alqueires. Bom, era isso, obrigada pela oportunidade de apresentar o trabalho que nós estamos desenvolvendo. E estou aqui para esclarecer eventuais dúvidas.

Presidente Ver. GLAUCO: Gostaria de constar a presença e solicitar a composição da mesa do Senhor Edmo, da Ballagro, por favor, se puder fazer parte da mesa. E, também, do nosso prefeito Silvino, ao qual já passo a palavra.

Prefeito Silvino: Boa noite a todos, eu peço desculpa pelo atraso, que eu estava acendendo as luzes do calçadão. Eu ate avisei que eu ia chegar um pouco atrasado, queria agradecer o presidente da Câmara, queria agradecer a toda população de Batatuba, todos os envolvidos. Queria agradecer Doutor Bata, Doutor Luiz Henrique, os vereadores dessa casa a Rosane do CODEPHAAT, a gente teve uma reunião à tarde. Cumprimento seu Edmo da Ballagro, e acho que esta é uma audiência pública superimportante, porque propõe uma discussão, a gente estava até conversando hoje à tarde, eu acho que as coisas agora, o gestor público, tanto perfeito como vice-prefeito, ou como os

vereadores, a questão agora é deixar claro que muitas pessoas fala assim “porque o prefeito consegue fazer” “porque o prefeito tem caneta”, “porque o presidente da Câmara consegue”. Então isso não é discussão, a gente é limitado em várias coisas, a gente tá aqui para uma audiência pública, para discutir com a população. Ouvir as partes, eu acho que tem que ouvir os interessados. A gente passa e todos os prefeitos que passaram, em todos que fizeram campanha em Ubatuba, a gente sabe que o progresso de Piracaia depende muito de Batatuba. Mas também tem a questão do tombamento. A gente acha que também é importante preservar, então a gente tem discutido bastante. A gente está aqui para ouvir as partes, num ambiente que seja bom para ambos os lados. Mas que isso que não espere mais muito tempo. É isso que é discussão, que acho que já vem há 30 anos esperando isso, não dá para esperar mais 30 anos. Acho que tem pessoas, famílias envolvidas nesse processo. Então, é isso que tá aí, eu fiquei bastante feliz hoje na reunião, porque a gente teve uma reunião, assim, bastante produtiva, no sentido de que se acelere o processo, porque não dá mais para ficar esperando do jeito que foi. Eu queria destacar o trabalho Doutor Luiz Henrique, nos três anos que a gente esteve aí na administração, esteve em várias reuniões no gabinete, a Prefeitura entrou com a parte dela, para que se acelerasse o processo da Massa Falida. Porque o que se ouve por aí é muita mentira sobre este processo. Então, isso que tá acontecendo aqui é um fato superimportante, fato que vocês têm que ouvir todas as partes para saber a verdade, todo mundo fala e ninguém sabe a verdade. E essa mania de WhatsApp, eu recebi vários WhatsApp falando “não é porque tem Vereador envolvido por isso que não vai acontecer”, “porque tem Prefeito envolvido por isso que não vai acontecer” e na verdade isso é superimportante, essa audiência pública, importante para a população saber de fato o que vai acontecer. Eu acho que as pessoas envolvidas vão falar, cada um do seu lado, e depois abre para a população e aqui é o momento de tirar as dúvidas. Então tá, e o que vai acontecer daqui para frente?! Então, eu acho assim, mais uma vez eu queria agradecer o presidente da Câmara por convocar essa audiência pública, de repente, também, podemos fazer outra audiência pública em Batatuba, que é a área dos mais envolvidos. Por mais que a gente coloque ônibus, não vieram tantas pessoas aqui que eu estou vendo, mas eu acho que agora o diálogo vai acontecer e isso é superimportante. Se toda audiência pública que acontecer estivesse peso de pessoas eu garanto que a gente ia chegar num coeficiente muito mais rápido. Então mais uma vez eu queria parabenizar todos envolvidos, eu acho que a gente tem que ouvir todos aqui e sair daqui com uma meta. E qual vai ser a meta?! O que vai acontecer daqui para frente?! E deixando bem claro que tem que ouvir as pessoas, tá o doutor Bata e o doutor Luiz Henrique, tá aí o povo do núcleo, a representante do CODEPHAAT, e tá o doutor seu Edmo, que tem hoje uma firma lá em Batatuba e tá aí as pessoas de Batatuba, no qual eu tenho tanto apreço, que minha mãe, também é uma que trabalhou para a família Bata, e esta, também, como muitos aí tão esperando o destino e a peça chave do que vai acontecer com a massa falida da SAPACO. Mais uma vez eu queria agradecer, eu espero e mais uma vez eu peço desculpa pelo atraso obrigado.

Presidente Ver. GLAUCO: Agora convido o Síndico da massa falida da SAPACO, Doutor Luiz Henrique Bueno, para fazer o

uso da palavra.

Luiz Henrique: Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal José Silvino Cintra Excelentíssimo senhor presidente do Legislativo Piracaense, Vereador, Glauco Godoy, as pessoas a quem saúdo, todas as demais autoridades presentes e também público presente. Na qualidade de síndico da massa falida da companhia SAPACO, cuja função é puramente administrativa judicial, que durante o processo falimentar apura o passivo e ativo da massa falida em questão, o levantamento de toda a dívida e todos os débitos que a companhia quebrada, a companhia falida, deixou, e o levantamento do ativo é realmente apurar, levantar o que essa empresa falida deixou que possa ser vendido através de leilão, para o pagamento dos credores, de todos aqueles credores que habilitaram os seus créditos ao longo do processo falimentar. Pois bem, a questão da falência da companhia SAPACO, pasmem Vossa Excelência senhores e senhoras, ela é regida ainda por um decreto-lei de quase 100 anos, é o decreto lei 7661 de 1945. Essa falência foi decretada sobre a égide desse decreto e por ele ela deve ser encerrada. E o decreto lei em questão, 7661 de 45, em seu artigo 117, tem o seguinte “os bens da massa falida serão vendidos em leilão”. Então, esse artigo ele não dá outra opção ao juiz, ao julgador, de realizar a venda do ativo apurado da massa falida através de outra forma senão a realização do leilão. Pois bem, ao longo da minha administração, já há 17 anos, eu venho trabalhando realmente para realizar esse leilão, o porquê que esse leilão não foi realizado até o presente momento. Pois bem, logo que eu assumi a área, toda área da massa falida, toda área de pastagem e todos os imóveis, residenciais e comerciais estavam locados, como estão até hoje. Dentro, inclusive, de um valor de locação bastante acessível a todos os moradores. Confesso que ao longo desses 17 anos, poucos crêem que por duas vezes apenas reajustei esses aluguéis, mantendo realmente no valor que todos pudessem pagar, sem que houvesse um aumento de inadimplência. Pois bem, como objetivo então, de realizar o leilão, logo que assumi como síndico, me deparo com uma situação que as áreas de pastagens, as terras haviam sido cedidas em comodato para criadores de gado, e essa situação de criação de gado, às Margens da rodovia Jan Antonin Bata, estava trazendo, para massa, uma série de problemas. Uma vez que esses comodatários, eles não conservavam as cercas entre a rodovia e as áreas por eles ocupadas, fazendo com que esses animais saíssem das áreas de pastagens e invadissem o leito da pista, causando uma série de acidentes, muitos com vítimas fatais. A par dessa situação, a massa falida acabou sendo notificada pelo DER, tive que ir à Campinas, resolver essa questão da invasão de gado na pista. A massa falida acabou sendo notificada pela polícia rodoviária, tive que ir a Jundiá esclarecer a situação. Portanto, diante dessa situação, de invasão de gado na pista, eu não tive alternativa a não ser notificar esses comodatários que lá estavam por contrato verbal e que não havia mais interesse da massa falida em continuar com o comodato. Portanto, denunciei o comodato, encerrei o comodato e pedi a esses comodatários que deixassem a área. E se quissem lá permanecer seria apenas para fins de agricultura e não mais para criação de gado. As grandes maiorias dos comodatários aceitaram realmente a devolução da área para massa, porém, infelizmente, dois comodatários que lá estavam por contrato verbal alegaram que jamais haviam sido comodatários da

massa falida e sim possuidores da área já ao longo período, o que segundo eles davam direito a chamada prescrição aquisitiva. Ou seja, ter a área por direito de usucapião, por posse, e tomaram essa notificação de encerramento do comodato como o que nós chamamos em direito de ‘turbação de posse’, ou seja, acharam que a massa estava realmente molestando a posse deles e isso fez com que esses dois comodatários acionassem a massa judicialmente, numa ação possessória, uma ação que nós chamamos de manutenção de posse, para que eles permanecessem na área e para que pudessem depois requerer usucapião. A massa falida, diante dessa situação, sabedora realmente de que essas pessoas que se insurgiram contra a massa, jamais foram possuidoras da área, e sim comodatários da massa falida, além de rebater e contestar a pretensão desses comodatários, a massa falida também acabou entrando com uma ação de reintegração de posse contra esses comodatários. Enfim, essa situação que eu estou falando agora, em poucos minutos, parece simples, mas levando realmente para o para o lado jurídico, para o lado do processual, isso trouxe um atraso. Foram quase 10 anos para que essa situação fosse resolvida. Portanto, na época o juiz, que presidia o processo falimentar, entendia que a única forma de se levar à leilão, o patrimônio da massa, seria primeiramente conseguindo a plena propriedade da área, ou seja, a massa falida deveria ter sua área devidamente registrada em cartório, ter uma matrícula da área. Portanto, foi realizado um levantamento planimétrico, com o objetivo de requerer usucapião de toda área, e esse usucapião não foi possível de ser ajuizado, porque nesse período é que a massa sofreu essas ações possessórias. Então, nós tivemos que interromper a ideia de regularizar a área por usucapião, para que pudéssemos levar a leilão, até que nós resolvêssemos essas duas questões, essas duas pendências possessórias, que a massa enfrentava dentro de suas terras. Pois bem, a massa, então, saiu vitoriosa dessas ações possessórias e essas duas pessoas realmente tiveram que deixar a área, devolvendo para massa, então, a plena posse de todo o seu patrimônio imobiliário. Pois bem, lembro a Vossa Excelência, que a massa havia feito em 2006 um levantamento planimétrico para fins de usucapião, entretanto não foi possível o ajuizamento desse usucapião. Posteriormente, com a transição, a mudança de Juízes na Comarca, o próximo juiz que assumiu a comarca, a presidência desse processo, entendia não ser necessário o ajuizamento de uma ação de usucapião com o objetivo de se ter uma matrícula perfeita da área, para a fim de realizar o leilão. Bastaria levar a leilão os direitos da massa, que já estava ali há mais de 20 anos. Então, deixou-se de lado ideia do usucapião para realizar o leilão, para trabalhar, então, com a realização de leilão dos direitos possessórios da massa, sobre a totalidade de seus 189 alqueires, hoje confirmados 189 alqueires. Pois bem, indiquei o leiloeiro, que é prerrogativa do Síndico a escolha do leiloeiro, e o juízo determinou então a nomeação de um perito avaliador, para que levantasse todo o valor do ativo imobiliário da massa falida. O perito foi nomeado e no final de 2013, com base no levantamento planimétrico realizado em 2006 que eu apresentei o perito, então, avaliou a área em R\$ 44.640.000 reais. O laudo de avaliação foi homologado pela justiça, de modo que então, eu já pudesse, então, levar toda essa documentação ao leiloeiro, para que ele pudesse, então, preparar o edital de leilão e fosse realizado o leilão, conforme determina a lei. Ocorre o seguinte, quando o leiloeiro analisou a documentação que eu apresentei,

o levantamento planimétrico de 2006 e o laudo de avaliação homologado pela justiça, o leiloeiro me informou que o levantamento planimétrico 2006 não atendia as normas do INCRA, porque ele não estava georreferenciado, e para a realização do leilão haveria necessidade de um levantamento planimétrico georreferenciado. Voltei, então, para o processo, informei ao juízo toda essa situação, concluindo que haveria necessidade, então, da realização de um novo levantamento planimétrico. Informo que no primeiro levantamento planimétrico realizado em 2006, havia uma área de 166 alqueires, apuradas pelo engenheiro responsável, pelo levantamento planimétrico. Pois bem, foi então determinada a realização de um novo levantamento planimétrico georreferenciado, de modo que pudesse atender as novas normas do INCRA e, também, a realização de um edital de leilão da forma mais precisa possível. Uma vez que é o edital que irá preceder o leilão, e ele deve dar e trazer a máxima transparência aos investidores, aos interessados, na aquisição, na rematação do bem. Para surpresa de todos o outro Engenheiro nomeado para a realização do levantamento planimétrico georreferenciado, quando apresentou todo trabalho, a área, que antes constava como 166 alqueires passaram para 189 alqueires. Ou seja, houve uma diferença, a maior de 23 alqueires, que não constava no levantamento anterior. Quiçá, acredito eu, por algum equívoco de digitação, de algum número, pelo antigo Engenheiro agrimensor. Pois bem, então senhores e senhoras, autoridades presentes, eu tinha uma área de 166 alqueires, avaliado em R\$ 44.605.000, só que houve um aumento de área de 23 alqueires, e isso, obrigatoriamente, causaria uma alteração significativa no laudo de avaliação. Portanto, foi obrigado novamente, então, que o perito fizesse, apresentasse um laudo complementar de avaliação, uma vez que havia acrescido a área 23 alqueires. O perito, então, trabalhou e apurou, realmente, que em razão do aumento de área a avaliação não era mais de R\$ 44.613.000 reais, e sim de quase R\$ 51 milhões de reais. Levando em consideração, inclusive, toda a desvalorização da área no momento econômico lá atrás, melhor do que estava no momento da complementação do laudo. Pois bem, o laudo apresentado, então, ele foi novamente submetido à justiça, para sua homologação e assim foi feito. Portanto, a massa tinha certeza de que possuía no bairro 189 alqueires avaliados em quase 51 milhões de reais. Feito isso, então, comecei a preparar novamente a documentação a ser encaminhada para o Leiloeiro. Solicitei ao Engenheiro agrimensor, responsável pelo segundo levantamento, um levantamento planimétrico específico da área juntamente com mais 12 áreas em memoriais descritivos, uma vez que a área foi subdividida em 12 glebas, e também solicitei, ao mesmo engenheiro, que eles fizessem um levantamento planimétrico de todas as áreas públicas dentro do bairro, e seus respectivos memoriais descritivos. O porquê, ao longo de todos esses anos, dentro da área da massa, ocorreu algumas desapropriações, quer que seja pelo Estado, pelo Governo Estadual, quer que seja pelo Governo Municipal, possibilitando a construção de escolas, posto de saúde, creche, UBS etc. E houve, também, a doação de uma área de mais de 8.000 m, pelo senhor João Bata, Filho de Antônio Bata, para o Município, de modo que fosse possível a construção de uma escola e um complexo educacional, que levasse o nome de sua mãe senhora Marie Bata. Feito isso, então, eu apresentei no processo uma minuta, chamada de auto de arrecadação, que era o próximo passo, o

último passo para que o leiloeiro pudesse, com base nesse auto de arrecadação, realizar e preparar o leilão previsto para esse ano, para o mês de novembro. O qual não foi a surpresa desse síndico, da justiça, e todas as pessoas, com a notícia de que em audiência, em sessão realizada no dia 4 de novembro deste ano, na sede do CONDEPHAAT, havia realmente dado início a abertura de estudo para tombamento de algumas áreas no bairro de Batatuba, áreas pertencentes à massa falida, companhia SAPACO. Pois bem, como que a massa vê essa situação de tombamento?! A massa vê de forma totalmente prejudicial ao prosseguimento do processo falimentar, a massa vê, realmente, um atraso considerável desse processo falimentar, que já se arrasta há 36 anos. Porque, primeiro, com máximo respeito à representante do CONDEPHAAT, é sabido que o processo de tombamento no órgão tende a demorar mais de 6 a 8 anos. Portanto, o prazo de 90 dias para encerramento desse processo é humanamente impossível, considerando que já estamos em próximo às festividades de final de ano, teremos aí logo daqui a 60 dias carnaval, e infelizmente o brasileiro só começa o ano dele após o carnaval. Então, o prazo de 90 dias eu acredito que é humanamente possível, O CONDEPHAAT concluir esse processo, ainda que haja a necessidade, o interesse, de centenas e centenas e centenas de credores nessa solução, nessa questão do tombamento. Mesmo porque, o representante da massa falida obrigatoriamente tem que ser notificado para exercer o seu direito de defesa, sobre a pretensão do tombamento. E até agora, esse síndico, representando a massa falida, não foi. Portanto, volto a repetir, 90 dias para o encerramento eu acho totalmente impossível. Ademais, gostaria de trazer novamente aqui em público, que isso foi dito também, foi uma representante do CONDEPHAAT, na reunião que tivemos em Batatuba, quando ela fazia menção realmente à necessidade de comunicação, de notificação do proprietário, no caso a massa falida, para apresentar a defesa sobre o tombamento. Ela disse o seguinte, que realmente, é necessário a notificação do proprietário para que ele apresente a defesa, e tivemos um caso em que o proprietário foi notificado, ela disse que “o proprietário foi notificado, apresentou a defesa, a gente fez de conta que leu e tombou”, isso foi dito publicamente, pela representante da CONDEPHAAT, Elizabeth. E, inclusive, quando tomei a palavra, critiquei realmente o procedimento do CONDEPHAAT, de que estaria desrespeitando a Constituição Federal, no tocante ao direito de todos de exercer o contraditório e a ampla defesa. E, então, eu não estaria nem um pouco preocupado em apresentar a defesa ao tombamento, se a minha defesa, da massa falida, seria lida ou fariam de conta que leram e não iriam ler, iriam tomar. Ou seja, o tombamento, então, acredito eu, já estaria previamente decidido. Sendo que a notificação seria mais uma forma para que o processo não fosse depois acusado de qualquer nulidade. Pois bem, com relação à garantia de preservação dos imóveis, realmente, no caso de tombamento, haverá sim a obrigatoriedade do proprietário em garantir, em continuar preservando o bem. Agora, o que eu gostaria de deixar bem claro, isso é muito importante, para todos os locatários, que em havendo tombamento ou não havendo tombamento, não há, repito, não há qualquer garantia de permanência do locatário dos imóveis. Tombamento não significa permitir a quem está usando o imóvel que lá permaneça, quer seja pagando, ou não pagando aluguel. Então, e não havendo o tombamento, sendo realizado o leilão, e havendo

realmente arrematação, caberá ao arrematante, ao novo proprietário, considerar se irá ou não continuar locando os imóveis para todos os locatários existentes. E havendo tombamento e havendo leilão com tombamento, da mesma forma, alguém arrematando, também não é garantia de permanência dos locatários nos imóveis. Podendo, realmente, o novo proprietário, o arrematante, solicitar a desocupação de todos os imóveis para que ele possa conservá-los, sem a presença de inquilinos. Pois bem, acabamos de ver, em azul, as áreas que são de interesse do CONDEPHAAT para fins de tombamento. Pois bem, mostrou na imagem, em azul, a área tida como a área do valor do aeroporto, data máxima vênua ao CONDEPHAAT e ao grupo que liderou a entrada desse procedimento no CONDEPHAAT. Eu não consigo imaginar e entender que uma área de pastagem cheia de cupim, seja considerada aeroporto. Há 50 anos desciam lá dois aviões da família Bata, e havia um pequeno Hangar, isso há mais de 50 anos. Portanto, eu não vejo qual é a necessidade histórica, o interesse histórico cultural do CONDEFAT, numa área de pastagem, só por que lá há 50 anos desciam dois aviões teco-teco da família Bata. E além do mais essa área do antigo campo de pouso, é uma área que está localizada no coração da área da massa. É uma área altamente valorizada, que consequentemente com o tombamento irá, com toda certeza, desvalorizar o seu entorno. E por falar em desvalorização do entorno, estamos falando também de desvalorização, de redução, do valor da avaliação. Nós temos uma avaliação hoje, repito, de aproximadamente 51 milhões de reais. Isso não quer dizer que, em sendo levado a leilão, sem o tombamento, a área seja vendida, seja arrematada por esse valor. O leilão, hoje em dia, segue o chamado leilão híbrido, onde é aberto na modalidade leilão eletrônico e encerrado com leilão presencial. O leilão eletrônico fica aberto durante 30 dias, onde as pessoas podem ir dando seus lances e encerra-se com o leilão presencial, aberto com maior lance dado eletronicamente. Pois bem, ainda que não haja tombamento, não há garantia, não há certeza de que o valor a ser apurado em leilão chegaria perto de 50 milhões. Pode ser um valor, que a critério do juiz, ele possa entender que é o razoável. Não sendo um valor vil, ele pode estar autorizando daí realmente arrematação. Em havendo, realmente, o tombamento, haverá necessidade da elaboração de um novo laudo pericial de avaliação, de modo apurar se o tombamento trouxe ou não desvalorização para área da massa. Em trazendo desvalorização, logicamente que não podemos falar mais desse valor de 51 milhões e sim no valor a ser apurado subjetivamente pelo perito. Então, exemplificando, se como tombamento houver redução desse valor em 10 ou 15 milhões, o laudo seria comprimido então há 35 milhões. Em sendo levado a leilão a área pelo valor de 35 milhões, logicamente, repito, não haveria garantia que seria vendido por 35 milhões. Pois bem, a Lei de Falência, ela é clara no seguinte sentido, artigo 26 do Decreto Lei 7661 de 45, diz o seguinte “contra falência não corre juros ainda que estipulados forem, se o ativo apurado não bastar para o pagamento do principal” explico, eu elaborei o novo quadro geral de credores durante 11 meses, de todos os quase 500 credores. Esse quadro geral de credores eu elaborei da seguinte forma, eu levantei todos os valores que foram habilitados na época 83/84/85, na época de Cruzeiro, Cruzado Novo etc. Eu transformei todos esses valores, ao longo dos anos, nas moedas, as respectivas mudanças econômicas, e os atualizei em Reais. Até

abril de 2017, portanto, todos os créditos do quadro geral de credores eles estão atualizadas até abril de 2017, apenas corrigidos monetariamente. Então, não são valores significativos, os valores realmente significativos que irão, senhores credores, engordar seus créditos, é a inclusão dos juros. Só que o artigo 26 diz que não correm juros contra massa falida, se o ativo apurado não bastar para o pagamento do principal. Então, repito, em havendo a desvalorização da área e conseqüentemente um novo laudo seja apresentado e homologado e em leilão, e essa área seja arrematada por um valor bem menor, os credores, todos os credores irão receber tão somente seus valores corrigidos monetariamente, sem inclusão de juros. Essa é a minha preocupação. Essa é a divergência da massa, em relação ao tombamento como está apresentado, o CONDEPHAAT apresentou, encaminhou ao síndico, ao juízo, ao representante da massa falida, um ofício dando ciência da abertura desse processo de tombamento. Uma vez que esse documento foi juntado ao processo de falência, eu fui intimado pela justiça para me manifestar sobre esse ofício, e o fiz hoje. Dizendo o seguinte, através de uma petição encaminhada ao juiz. O Ofício de folha 7000 de folha 7049 que é Ofício do CONDEPHAAT emanado do CONDEPHAAT, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, artístico, e turístico do Estado de São Paulo, encaminhado a este juízo, também, foi encaminhado a esse síndico no mesmo teor dando-se ciência que o CONDEPHAAT, no processo 1412 2019, em sessão ordinária do dia 4 de novembro 2019, ata número 1972, deliberou pela abertura de processo de estudo de tombamento de várias áreas no bairro de Batatuba, em Piracaia, pertencentes à massa falida da Cia SAPACO. É do ofício que, a partir da deliberação da sessão ordinária do dia 4 de novembro passado, o bem fica com sua preservação assegurada, sendo que qualquer intervenção na área deverá ser autorizada pelo CONDEPHAAT. Era sabido por todos, que o presente processo falimentar, após tramitação por mais de 36 anos, estava apto a cumprir o artigo 117 do Decreto Lei 7661 de 45. Ou seja, a realização do leilão do patrimônio da massa falida da Cia SAPACO. Entretanto, com abertura de processo de estudo de tombamento o leilão, salvo melhor, juízo restou prejudicado e conseqüentemente o pagamento de várias centenas de credores, principalmente trabalhistas, que aguardam há mais de 36 anos o recebimento de seus créditos. Vale ser ressaltada que já há um laudo de avaliação do ativo imobiliário da massa homologado judicialmente, uma avaliação superior a 50 milhões de reais. Assim, a realização do tombamento, bem como a realização do leilão dependerá da finalização do processo de tombamento. Pois o tombamento que viera ser definido, irá influenciar na avaliação do patrimônio da massa, que será definido em novo laudo pelo expert avaliador, pelo perito avaliador. Ademais, considerando que o leilão é precedido de publicação de edital, é mister que dele conste eventual área Tombada dentro do todo, ou, se for o caso, exclusão dela do leilão. Enfim, são questões a serem apreciadas pelo perito, e decididas pelo juízo. Por fim, concluindo, eventual tombamento trouxe desvalorização ao patrimônio da massa, uma vez que já há laudo de avaliação homologado judicialmente, e o valor que vier a ser apurado a título de desvalorização poderá ser cobrado do Estado, em vias próprias. Ou seja, em isso correndo, haverá ainda prejuízo aos cofres públicos Paulistas, não só municípios, mas também ao estado de São Paulo, a todos nós. Concluo que de abertura de estudo de tom-

bamento, trouxe prejuízo a todos os credores da massa, indistintamente, pois haverá significativo atraso na conclusão deste processo alimentar, não de meses, me desculpem os representantes do CONDEPHAAT, mas de anos. O quadro geral de credores, apresentado por esse síndico, contempla tão somente, os valores dos créditos corrigidos monetariamente até o mês de abril de 2017. Uma vez que contra a massa não corre juros, se o ativo apurado não bastar para o pagamento do principais credores serão prejudicados. Assim, ocorrendo eventual desvalorização, em razão do tombamento, com reflexos na avaliação, o valor que deverá ser apurado com arrematação poderá não ser suficiente para o pagamento dos juros, sendo certo que e é com a inclusão dos juros senhores credores trabalhistas presentes, repito, é com a inclusão dos juros que os créditos perseguidos, há quase 40 anos, pelos senhores e senhoras, seriam majorados, compensando uma espera de 40 anos, de quatro décadas. É a manifestação, apreciação de Vossa Excelência, então para concluir senhor Prefeito, Presidente da Câmara e demais autoridades, o tombamento já está decidido. Agora é apenas pro forma, porque mesmo a massa apresentando a defesa, farão de conta que irão ler, não irão ler e irão tomar. Então, o que propõe a massa, que seja excluída do estudo do tombamento a área do aeroporto, que é uma área localizada de forma estratégica dentro do todo. Que seja incluído, que seja mantido, se for o caso, o tombamento da área da fábrica. Porque foi ali na fábrica que tudo começou, tudo tem origem e tudo se desenvolveu, na área da fábrica. Então concordo até que haja, também, o tombamento da área da fábrica. Agora, não da Vila Residencial, num todo. Por que isso traria realmente uma grande desvalorização para a área da massa. Então sugiro que escolham dentro da Vila, uma, duas até três casas que mantenham ainda 90% ou mais de suas características originais, e sejam então escolhidas para que mantenham a história da Vila Operária da família Bata. Excluindo-se todas as demais, e também, não vejo realmente necessidade não tenho procuração para falar em nome da empresa Ballagro, mas o faço porque faz parte de todo o meu contexto e explicação nesse momento. A área da empresa Ballagro, ela não foi arrecadada quando o decreto de quebra, ela é uma área que foi transferida para a senhora Helena Bata muitos anos antes do Decreto de quebra. Portanto era a área particular e foi vendida para empresa Ballagro, que de forma exemplar conseguiu restaurar quase na sua totalidade o imóvel que serviu de residência da família Bata. Portanto, também, entendeu, que o estudo de tombamento não deva atingir uma área que não pertence à massa falida da companhia SAPACO. Enfim, concluindo então, não conseguiremos, repito, em 90 dias, dar sequência a esse processo de falência e eu já havia sido, inclusive intimado, pelo juiz, para que realizasse o leilão com urgência. Diante disso, então, senhores e senhoras aqui presentes, credores da massa, e isso se estendo também em especial à fazenda pública Municipal, que é uma credora da massa, em valores altos, e com certeza esse valor vindo para os cofres públicos, poderia com toda certeza minimizar problemas municipais. Não temos, senhor Prefeito, ainda, como saber quanto tempo realmente isso iria demorar. Enfim, creio que são essas as minhas considerações e agradeço muito obrigado.

Presidente Ver. GLAUCO: Agora convido o Doutor Bata para fazer o uso da palavra, por favor.

Dr. Bata: Boa noite a todos, gostaria de agradecer o convite da câmara, da Doutora Cláudia, para estar presente aqui hoje, cumprimentar o presidente da Câmara o prefeito Doutor Silvino, representantes do CONDEPHAAT, o Dr Luiz Henrique, Dr Dirceu aqui do grupo, e o senhor Edmo que representa a Ballagro. Bom, o que eu vou aqui conversar hoje é um pouquinho do que vocês, talvez, tenham a oportunidade de ouvir na rádio, foi o que eu tentei explicar. Primeiramente, eu fui a única pessoa que esteve no CONDEPHAAT, quando houve a deliberação do Conselho, no sentido se haveria andamento no processo de tombamento ou não. Isso, de uma certa forma, foi entranho, porque eu conheço, conheci todos os membros do grupo que pediu o tombamento. E sempre fui chamado para participar de todas as reuniões, menos esta, porque o grupo sabia que eu era contra o tombamento, porque eu me manifestei, numa reunião que teve aqui em Piracaia, dizendo que a família Bata não tem interesse no tombamento, porque isso prejudica, em primeiro lugar os trabalhadores. A partir daí eu parei de ser chamado. Na minha opinião, sem querer ofender ninguém, o tombamento foi feito de forma sorrateira, ninguém soube, eu não sabia e eu sou representante da família. Dr Luiz Henrique não sabia, eu não fui convidado para participar, em nenhum momento, no CONDEPHAAT. Eu cheguei no CONDEPHAAT pela manhã, com 30 minutos de antecedência da abertura da sessão, e pedi a palavra, ela quase me foi negada. Sabe o que o presidente do CONDEPHAAT me disse?! Você tinha que ter vindo antes para participar da discussão, mas já que você veio aqui hoje, eu vou te dar 10 minutos. Eu tive 10 minutos para defender os créditos trabalhistas e a realização do leilão. Nesses 10 minutos, eu consegui convencer dois conselheiros lá, que se sensibilizaram com a questão, e disseram realmente, diante dessa excepcionalidade, temos uma falência. Nós não podemos aqui, palavra de um dos conselheiros, com uma canetada prejudicar esse processo e todas as famílias. Nós temos que ter consciência e um dos conselheiros do CONDEPHAAT disse ‘me parece que apenas com fotos a memória já estaria preservada, esse prejuízo para toda a região é desnecessário’. De qualquer forma, mais um adendo. Os 90 dias que foram concedidos pelo CONDEPHAAT, não foram porque os trabalhos estavam adiantados, os 90 dias foram concedidos, eu insisto isso novamente porque eu estive lá, e eu fui avisado, indiretamente, e eu fui lá, não fui convidado, fui avisado indiretamente e eu fui lá. Os 90 dias foram concedidos pelo presidente, Faggim, porque ele disse que, diante da sustentação do advogado vamos estabelecer 90 dias porque o processo de tombamento pode levar uma década. Então vamos estabelecer um prazo, para mim isso foi agir com responsabilidade, porque eu fui lá, indiretamente, sem ser chamado. Lá eu consegui convencer. Qual foi o problema que eu sustentei no dia que eu fui no CONDEPHAAT?! Esse ato de tombamento pode dificultar a venda, isso é incontestável, com certeza pode dificultar venda. Eu pergunto, alguém gostaria de comprar um bem com restrições?! Vocês comprariam um carro com problemas?! Vocês comprariam um carro com multa, um carro que tem alguma limitação, até o rodízio lá, você tem escolher o rodízio para você não comprar no dia que você quer. Então, ninguém compra um bem com problemas, isso é ponto pacífico. Eu até vou trazer aqui uma frase, depois, que eu peço atenção de vocês dos membros do grupo de memória Jindrich Trachta, inclusive do CONDEPHAAT, eu vou trazer uma frase aqui que é impactante, vou

trazer mas tudo bem. Diminuirá o valor do bem, como o Dr. Luiz Henrique já disse, eu não quero ser repetitivo, então os maiores prejudicados são os credores trabalhistas que estariam lá para receber os juros, e se o bem diminui o valor, não recebem juros, vão receber uma pequena correção monetária, isso também é ponto pacífico. Terceiro problema, não há proprietário juridicamente falando, não há, a massa falida existe para chegar a um fim, não é a família Bata, não são as pessoas que estão nas casas, não há proprietário. O que também dificulta quem terá o condão de restaurar isso, quanto ao estudo, com todo respeito, eu sei que o estudo foi minucioso, eu sei que tem uma dissertação de Mestrado a respeito da família Bata, e eu agradeço, porque eu, inclusive, disse no CONDEPHAAT, eu fico aqui conflitado porque é a história da minha família, mas é um absurdo eu escutar aqui, como Neto de Jan Thomas Bata, como bisneto de Antônio Bata, que querem tombar a pista de pouso. Eu desafio a um membro do CONDEPHAAT me dizer de quem foi a ideia da pista de pouso, ela não foi de Antonin Bata, ela nunca foi parte da história da empresa Bata, a pista de pouso veio do meu avô que gostava de avião. Eu morei aqui em Piracaia até os meus 7 anos, eu podia fazer uma quadra de bocha e o CONDEPHAAT ia querer tombar a quadra de bocha. A pista de pouso nunca pousou um avião, ela foi construída pelo meu avô, ele brincava com os pilotos amigos de amigos dele de Atibaia. Eu desafio alguém a conseguir pousar lá, porque só tem cupim. Isso não faz parte de história. O que gera um pouco de tristeza é que eu queria entender onde estavam esses membros do grupo de Memória Jindrich Trachta, que tanto defendem ativamente, ao longo desses 36 anos, onde estava CONDEPHAAT-todo esse tempo, porque não foi feito esse pedido há muito tempo antes, antes de deixar isso chegar no último minuto, no mês quando nós teríamos uma resolução aqui para todas as famílias, inclusive para minha família, que não quer mais esse processo. Para entrar agora, de forma escondida, sem conversar com a família. Porque fazer uma coisa dessas?! Porque fizeram isso, onde estavam nas últimas três décadas?! O material que foi fornecido, esse também é um dado muito interessante senhor Presidente, o material que foi fornecido, foi fornecido por uma tia minha, não só isso chamada Dolores Arambasic, inclusive no estudo CONDEPHAAT tem um agradecimento à senhora Dolores. Existe um tanto da família Bata que pleiteia uma indenização na República Tcheca de bilhões, para a família era interessante que a memória fosse preservada, porque isso ajudaria a família receber o dinheiro lá fora. Só que esse tanto da família não sabe ou não se preocupa, que eu sei que tem pessoas da família que são distantes, porque a família é grande, e a família daqui de Piracaia que não quer o tombamento. Mas essas pessoas, elas ou não se preocupam com a região, por que moram em outro lugar, ou pensavam ‘a, isso é bom’. Eu conversei com a Dolores, a Dolores disse “nunca me disseram que era para fazer tombamento”, isso tudo era para fazer preservação da memória, tem post da Dolores que ajudou CONDEPHAAT a fazer dizendo “vamos com menos sede ao pote, vamos achar uma posição conciliadora”. Então, mais um motivo pelo que foi arremado. Eu também pergunto, e aqui não é nenhum ataque pessoal, é só para entender, porque a família ela não participou dessa decisão, e eu considero isso uma traição. Eu estava aqui sentado, tendo que escutar que a memória da minha família é muito importante, sem que em nenhum momento o bisneto foi

chamado para participar dessa decisão, nenhum momento, mas tudo bem. O que eu queria saber é o seguinte, diante da excepcionalidade de não ter lá um proprietário, eu gostaria de desafiar aqui os membros do grupo e os membros do CONDEPHAAT, publicamente, assumirem o resultado do leilão. A dizer o seguinte, se não tiver leilão a culpa é nossa, faça uma escritura pública, assumam isso. Número dois, eu pergunto, será que os membros do CONDEPHAAT e os membros do grupo com o tombamento, vão ser responsáveis pela restauração dos imóveis?! Vocês que tanto defendem o patrimônio histórico, estão aqui preocupados com a história, estão dispostos, a vocês custearem com o patrimônio de vocês, pessoal, a restauração dessas casas?! Ou será que vocês vieram aqui jogar o problema no colo dos outros e depois que o patrimônio for tombado, vocês vão embora?! Essa é a pergunta. O povo que tá sendo prejudicado, já ouvi boato, inclusive que o interesse seria meu, de estar aqui, seria porque eu queria ganhar dinheiro, ou minha família ganhar dinheiro. Vamos repetir o que o Dr Luiz Henrique disseo bem está avaliado em 50 milhões, faça uma pesquisa, vejam por quanto que bens que vão a leilão costumam ser leiloados, os bens costumam ser leiloados pela metade ou por menos da metade da avaliação, o débito já bateria nisso. Meu interesse aqui não é esse, e mesmo que fosse e eu estivesse nesse direito, não haveria nada de errado nisso, mas é muito simplório você dizer “há, ele veio aqui porque ele tá interessado no dinheiro, ele não tá ligando para as famílias”, não! eu quero o fim desse processo. Eu não queria continuar atuando aqui, assumir um processo do meu bisavô, esse processo iniciou quando eu tinha 4, 5 anos de idade, eu não queria mais passar por isso. Outros pontos que precisam ser esclarecidos,foi entregue pelo CONDEPHAAT um papel aqui para confundir o povo, escrito assim “patrimônio cultural de Batatuba”, tentando explicar para vocês o que é um tombamento, na última pergunta vem o seguinte, “o que o tombamento garante” e diz “a preservação do bem para o usufruto destas e de outras gerações”. Isso aqui, na hora, eu já recebi pessoas me dizendo seguinte “você não falou a verdade, os trabalhadores vão ter usufruto da casa”, o pessoal não entende, eles acham que isso aqui é usufruto para eles, não é. Isso aqui é genérico, é usufruto para as gerações, para quem é de São Paulo, para Belo Horizonte, não quem está morando nas casas da vila operária. Eutô terminando pessoal, aí depois, no momento oportuno todos vão se manifestar. E aí eu desafio novamente, aos presentes, que defendem ao tombamento, vamos lá primeiro é uma frase, isso aqui foi publicado no Jornal Valor Econômico tá, presidente do SECOVI, olha a frase, olha a frase credores e todos os presentes, Prefeito, presidente da Câmara “se o imóvel é tombado o empreendedor não compra e o proprietário é o único prejudicado”, E aí para minha surpresa vem uma frase aqui do próprio presidente do CONDEPHAAT, “presidente do CONDEPHAAT, do modo como encarado o tombamento provoca desvalorização sim,” presidente do CONDEPHAAT falando isso, não sou eu quem está falando. Na minha opinião é um instrumento de força, foi feito de forma que ninguém tem acesso, eu não tive acesso, minha família nós não temos responsabilidade nenhuma por esse tombamento, inclusive ficamos muito tristes, porque em nenhum momento isso nos foi comunicado. É um instrumento de força, que já gerou prejuízo, como vocês puderem ver, não sobrou alternativa ao representante da massa falida a não ser pedir adiamento do leilão. Não há o que ser feito.

Então, eu suplico aqui a todos os presentes, para a gente entrar numa posição conciliadora, seguir essa ideia que o Dr Luiz Henrique trouxe, vamos restringir o tombamento ao menor prejuízo possível, de forma que a memória seja preservada e todo mundo, os credores recebam seus créditos e que esse processo seja finalizado. Finalmente Presidente,termino com uma última ponderação sobre JanAntonin Bata, que o maior valor histórico que eledeixou para o povo, ele sempre promoveu a participação dos trabalhadores nos resultados que ele tinha na empresa, a grande defesa dele sempre foi pelos trabalhadores, e eu perguntei para as pessoas que conviveram com ele,como ele se posicionaria diante desta questão do tombamento, e estas pessoas disseram que ele certamente diria que ‘se for para prejudicar os trabalhadores, que não ocorra tombamento’. Muito obrigado a todos por ter me escutado até o momento.

Presidente Ver. GLAUCO: Agora passo a palavra ao senhor Dirceu Cardoso, representante do núcleo de Batatuba do Centro de Memória Jindrich Trachta.

Dirceu: Ilustríssimo senhor presidente da Câmara, Glauco Godoy, ilustríssimo Senhor Prefeito Municipal, Silvino Cintra, senhor Vereador Maurício Marmita, Vereador Alberto, boa noite. Senhor proprietário da Ballagro, boa noite a todos os presentes e demais autoridades, aqui presentes, jornalistas, alguns policiais, muito obrigado pela presença. Presidente, primeiramente, parabéns pela iniciativa de fazer essa audiência pública, para esclarecer alguns fatos, Inclusive vai ser consignado isso aí, você vai se tornar um documento público. Parabéns pela iniciativa. Senhores vereadores, Prefeito e senhor síndico, Dr Luiz Henrique, companheiro amigo da gente, e a Rosana, obrigado por estar aqui presente, Dr Bata, respeitável Bata, e a Reiki representando aqui o CONDEPHAAT a Débora, muito obrigado. Senhor presidente, eu sou de Piracaia, nascido e criado aqui, vivia ali na região de cachoeira acima, perto Pião, até os 17 anos. A partir daí, mesmo assim, meus familiares, hoje residem aqui, têm propriedade aqui na cidade, e ainda tem lá Fazenda, aonde parte foi desapropriada para a instalação da atual represa que tem hoje. Então, senhor presidente, rodando ao mundo, aí fui convidado pelo corpo Diplomático da República Tcheca, para assumir o núcleo aonde o complexo cultural Bata, com sede em Bataiporã, pessoa jurídica, sem fins lucrativos. E fundada em 1991, que vem estudando, vem trabalhando, vem pesquisando sobre a vida do Bata. Dolores mora em Bataguassu, e fomos convidados para assumir um braço do núcleo aqui em Batatuba, esse braço do núcleo não tem nenhum político no meio, a maioria são interessados pela cultura e pelo social. Então, quando nós entramos com o tombamento, já foram feitas várias audiências, participando de vários debates em universidades, não só aqui no Brasil, como no exterior. Tem membros ali da USP, tem membros da Unicamp, tem arquitetos, têm estudiosos, e o tombamento, ele só foi requerido após vários levantamentos do documento, não foi feito por um acaso, foi feito muita pesquisa, foi muito bem embasado. Então, em momento nenhum quisemos atrapalhar o leilão, e jamais vamos atrapalhar. Nós queremos deixar uma parte histórica para a cidade, como a Holambra hoje que representa as flores, que representam os holandeses, Blumenau a onde tem a Cervejaria, que representa os alemães, Barão de Mauá, onde que representa os ingleses, Liberdade onde hoje os

senhores podem entrar no metrô tá escrito Estação Liberdade Japão. E por que não temos um canto Tcheco, então o corpo diplomático veio até Piracaia, visitou que o mausoléu do Antonin Bata, que está aqui no cemitério Piracaia, a esposa dele Marie Bata, e o filho Thomas Bata. Nós temos aqui a rodovia Jan Antonin Bata, que liga todas as veias do Estado de São Paulo nas rodovias do Estado de São Paulo, o corpo diplomático que esteve aqui, foi recebido aqui com um decreto-lei de boas-vindas, que a Consulesa recebeu. Foi dado aqui pela Câmara Municipal, um diploma de agradecimento de honra. E hoje foi formado esse grupo, é um grupo que vem trabalhando bastante pesado, em momento nenhum foi traído a família Bata, inclusive a Dolores, o corpo diplomático, todos eles participando em todas as atividades, foi chamado inclusive, houve aqui em Piracaia, as Exposições 120 anos do Bata, 50 anos da Primavera de Praga e 100 anos da fundação da República Tcheca. Então senhores, então eu mais uma vez digo, não interferimos no leilão e jamais vamos interferir, e nós estamos aqui para preservar a cultura e o social. E segundo, no nosso grupo não tem política, e não queremos nada, nós queremos sim trabalhar com a política, mas não ser políticos. Presidente da Câmara Parabéns, pela audiência pública, Parabéns doutor Bata, Parabéns pelos esclarecimentos que o Dr Luiz Henrique deu, parabéns CONDEPHAAT, e parabéns toda a população que está aqui, abrir mão numa noite de chuva para estar aqui, para entender realmente a situação. Presidente da Câmara Municipal, obrigado.

Presidente Ver. GLAUCO: Eu que agradeço a presença de todos, agora passo a palavra ao senhor Edmo, como representante da Ballagro, logo em seguida vamos abrir para os debates.

Edmo:Boa noite a todos, não tenho a mesma desenvoltura da palavra como os que me precederam, vou me esforçar para falar da melhor forma possível, que seja claro e objetivo, para que vocês possam compreender. O eu quero dizer Excelentíssimo Vereador, Glauco Godoy, presidente da Câmara Municipal, parabéns pela iniciativa de temos aqui hoje, de nos convidar, trazer a sociedade para essa audiência pública. Porque é aqui que a sociedade se manifesta, para nós que estamos na câmara de vereadores, 11 vereadores que representam a sociedade, e a audiência pública é o momento em que as pessoas podem se manifestar, de forma aberta, todos podem se manifestar. Eu gostaria de fazer uma pequena observação, antes que eu esqueça, que o casarão do qual eu vou falar que é propriedade da Ballagro hoje, Dr. Luiz Henrique, me permita, eu queria saudá-lo também, meus colegas aqui de bancada, e toda a população toda aqui está aqui. O casarão não foi restaurado, o casarão nós compramos ele em ruínas, com telhado toda apodrecido, as vacas do vizinho lá, dormindo dentro, era uma estrebria de vacas, era um ninho de morcego. O Casarão não foi restaurado, ele foi reformado para fazermos escritório. Então, essa pequena correção que eu gostaria de fazer. Eu vou ler aqui, primeiro parágrafo, do ofício que eu recebi do CONDEPHAAT, do governo Estado de São Paulo, ele está com a data do dia 6 de novembro de 2019 “é com satisfação que informamos a Vossa Senhoria, que teve início o processo de reconhecimento como patrimônio cultural do Estado de São Paulo o complexo industrial de Batatuba, construído pela companhia de calçados Bata, localizado na rodovia JanAntonin Bata Km 8531 da SP 036, município de Piracaia, confor-

me decisão do Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT de abertura do processo de estudo de tombamento do referido bem na sessão ordinária de 4 de novembro de 2019 atual número 1972”. Pois bem, eu gostaria de reforçar esse comentário, Dr. Luiz Henrique e Dr. Bata, que são advogados, a fase que nós estamos agora, dos 90 dias, é a terceira fase do processo de tombamento, isso é um ponto que nós precisamos analisar, porque a segunda fase foi quando o Conselho se reuniu, no dia 4 de novembro, e aprovou o que a partir daí deu origem a esse ofício que eu recebi, e na primeira fase, eu entendo que a sociedade deveria ser ouvida, e a sociedade não foi ouvida, as partes interessadas não foram ouvidas, o Dr. Luiz Henrique, que é síndico da massa falida não foi ouvido, a família Bata não foi ouvida. E a Ballagro, que faz parte, infelizmente, foi incluída no processo, para mim é um infelicidade, também nunca fui chamado para discutir, nós ficamos sabendo de forma indireta, no dia 5 de novembro, que a reunião do dia 4 havia tomada de decisão para encaminhar o tombamento. Então, Drs. Luiz Henrique Bata, uma fase, a primeira fase inicial eu sugiro que ela se reinicie, que nós voltemos à primeira fase. Esse processo deve ser suspenso imediatamente, e que se volte à primeira fase, para que a sociedade de Piracaia e as partes envolvidas sejam ouvidas. Aí nós vamos ter um processo, senhor Dirceu, que estaria completo. E o processo não está completo, porque do processo, só participou do processo na primeira fase, as partes interessadas no tombamento, única e exclusivamente. As partes interessadas, no caso, que vão arcar com todos os ônus dos imóveis não foram ouvidas. Eu pergunto ao Presidente da Câmara, teve audiência pública para debater esse assunto aqui no município de Piracaia?! Por isso que eu reforço o que eu falei anteriormente, audiência pública é onde a sociedade se manifesta, e não houve sequer uma audiência pública. Então, eu sugiro que esse processo, que seja solicitada a suspensão dos processos, e que se volte a instruir desde o começo desse processo. Precisa acontecer não só como uma das partes interessadas, mas com todas as partes interessadas. Então, eu acho que nós temos um ponto aí que precisa ser revisto pelo CONDEPHAAT, porque nós estamos na terceira fase, nós não participamos da primeira e muito menos da segunda, que foi a reunião do Conselho do dia 4 de novembro de 2019, nós ficamos sabendo depois desta data, e através de um ofício. Nós não acompanhamos o processo, e eu tive que solicitar para alguém ir até CONDEPHAAT obter cópias, fazer uma solicitação formal para que o processo possa ser disponibilizado, já pronto e sacramentado. Da primeira fase eu não participei, nem a massa falida, o Síndico não participou, a família Bata não participou, a sociedade não participou. Câmara de Vereadores que representa município de Piracaia, que é a representação máxima do município, da população, não participou. Meu amigo Silvano, me permita chama-lo assim, que eu tenho orgulho, grande estima por ele, está se manifestando também de forma que a gente, que eu entendo que ele também não participou dessa discussão. Então, que se volte à primeira fase, das discussões, eu sugiro que isso seja feito, que se encaminhe essa solicitação, para que esse processo volte a primeira fase. Para termos discussões de forma a abranger todas as partes interessadas. Essa é minha sugestão, relacionei aqui alguns aspectos e considerações que expressam a minha posição, e da empresa Ballagro, sobre o processo de tombamento 8497 3/2019. Nós recebemos o ofício no dia 14, Ofício 1406/2019 CONDEPHAAT, com data

de 6 de novembro dois dias depois do comitê aprovar foi emitido este ofício em nome da Ballagro, e nós recebemos ele como a primeira informação oficial. A Ballagro adquiriu o terreno, com as ruínas do Casarão, em 2012. Quando nós compramos o terreno e as ruínas do Casarão, em 2012, nós precisamos de alguns ajustes de legislação, e foi discutido isso com a sociedade de Piracaia, dentro dessa Câmara de Vereadores, onde nós estamos hoje. Nessa época, o Silvino era o presidente da Câmara, Dr. Luiz Henrique era Vereador, nós conversamos com todos os vereadores, teve audiência, foi discutido o assunto antes da votação, da forma como deve ser as coisas. E assim foi feita a alteração, nós concretizamos a compra do terreno, onde estavam as ruínas do Casarão, e que é nosso até hoje. Caso a Ballagro não tivesse adquirido o terreno e reformado o casarão, certamente a construção já teria caído, pois estava em péssimo estado, muito apodrecido. E aí eu faço um parênteses aqui, para dizer que quando a família abandonou o casarão, por razões que não cabe aqui discutir, a sociedade de Piracaia, que eu tenho grande estima, por muitas pessoas daqui, me acolheu muito bem, eu respeito a todos, ela não cuidou do Casarão, ela simplesmente depredou. Porque as coisas que ficaram lá dentro, a família abandonou o casarão mobiliado, e em 2012, não tinha mais nada lá dentro, o que não conseguiram carregarquebraram. O que sobrou do Casarão foi depredado, destruído, quem reformou, e quem deu a vida novamente à construção fomos nós, foi a Ballagro em 2012, depois que nós compramos o terreno do Casarão nós pagamos para família Bata, a escritura está Registrada em cartório, documentado, tudo devidamente formalizado. Nós reformamos o Casarão para finalidade do escritório como planejamos, e nós citamos isso inclusive, quando discutimos a compra. As adequações que precisávamos fazer para compra, e assim está sendo utilizado até o momento. Pretendemos seguir da mesma forma com o escritório; Nunca tivemos do município de Piracaia ou do Estado de São Paulo nenhum valor, absolutamente zero de isenção ou abatimento de tributos, nenhum centavo beneficiou a Ballagro especificamente, absolutamente nenhum. Montamos no terreno uma filial da nossa empresa, Ballagro Agro tecnologia, cuja Matriz fica em Bom Jesus dos Perdões, já existia na época a exatamente a 10 km de distância. Na gestão da Prefeita Dona Terezinha, convidamos a Excelentíssima prefeita para ir até o casarão, temos escritório, e lá oferecemos a ela a construção de um memorial na vila de Batatuba, construído pela Ballagro com os recursos da Ballagro e doado à comunidade, incluindo todos os equipamentos necessários para o bom funcionamento do Espaço; Nunca tivemos qualquer tipo de retorno, nunca. No Casarão mantemos pessoas da área administrativa da empresa, por ser uma filial, então temos algumas pessoas lá. Nós temos a coordenação da nossa equipe técnica de desenvolvimento técnico. Temos lá também a nossa equipe de regulatório e toda a documentação que diz respeito aos diversos órgãos, como trabalhamos com insumos agrícolas para controle biológico, ou seja, são micro-organismos que substituem os chamados Agrotóxicos, então nós mantemos lá toda a documentação que diz respeito a esses órgãos, incluindo o mapa, que é o Ministério da Agricultura, a ANVISA e o Ibama. Temos lá toda a parte de projetos, inteligência de produtos e tecnologias, envolvendo todas as parcerias com instituições públicas e privadas. Temos parcerias com Embrapa, Instituto biológico de Campinas, a UNESP, Universidade de São Paulo, Universidade

Estadual de Londrina, a PUC entrou outras...Todas essas atividades estão concentradas lá no casarão, toda essa parte de documentação, tratativas, tudo é feito lá. Eu gostaria de falar para vocês que a Ballagro é a quinta colocada em arrecadação de impostos em Piracaia, dentre as empresas de Piracaia; Ficando em terceiro lugar se excluirmos a empresa de energia elétrica, e de telefonia que seria Elektro e a Telefônica. Hoje não sei se chama Telefônica ainda. A Ballagro contribui com 0,5% do IPTU de Piracaia. Em 2012 quando nós compramos o terreno, só tinha capim no local; Não arrecadava nenhum centavo em impostos. A Ballagro precisa ter trânsito livre e posse efetiva do imóvel, pois há informações sigilosas e projetos que farão o futuro da empresa no local, que pretendemos manter lá. A responsabilidade de atender aos órgãos reguladores sempre será da Ballagro, e o tombamento só trará dificuldades e restrições. A presença da nossa empresa naquele local será incompatível, repito sem o trânsito livre e o direito de posse efetiva do imóvel a presença da nossa empresa no local será incompatível. Como o Bata já comentou, citando palavras do presidente, o imóvel tombado é depreciado, então eu gostaria também de repeti isso, O imóvel tombado deixará de atender aos interesses da Ballagro, visto que terá limitações de uso ou dificuldades de adequações que se façam necessárias no futuro. A nossa empresa tem história do Exército, tem história da Polícia Civil, temos documentos sigilosos, nós temos projetos andando no Casarão, isso tudo é incompatível com o imóvel tombado. E tudo isso foi projetado para estar lá, se isso não estiver lá nós não temos o imóvel, e para a Ballagro não servirá mais; não terá a utilidade para a qual foi projetado, para o propósito que ele foi feito, para que nós mantenhemos um investimento que fizemos no imóvel, então o imóvel tombado deixará de atender aos interesses da Ballagro, visto que, terá limitações de uso, repito, ou dificuldades das adequações futuras que se façam necessárias. E por último, em caso de vendermos a empresa, haverá grande depreciação do negócio.

Eu não consigo imaginar, em caso de algum negócio que envolva a empresa, alguém que dê prosseguimento com a responsabilidade de manter um imóvel tombado; Eu sinceramente não consigo imaginar isso... Gostaria de deixar bem claro que essa é a nossa opinião, essa é manifestação da nossa vontade e do nosso entendimento, nós respeitamos opiniões contrárias, e por isso pedimos mais debate e achamos que a sociedade de Piracaia deve participar e decidir aquilo que é mais importante para ela. Infelizmente no processo, como citei no início da minha fala, no processo, da forma como foi conduzido não foi ouvida a sociedade de Piracaia, então para nós podermos obter a manifestação daquilo que a sociedade quer como um todo, e nos incluimos nessa hipótese, precisamos todos ser ouvidos, e não fomos ouvidos.

Conversei com a Rosane do CONDEPHAAT por telefone ontem, se não me falha a memória, e aí ela disse que o comitê deve se reunir provavelmente em fevereiro para finalizar, e ela deixou bem claro para mim que nessa fase está analisando as provas históricas, do contexto histórico; Como já foi dito ao Bata lá na reunião do dia 5, nessa fase as questões que dizem respeito à utilização e ao ganho ou a perda econômica são relevantes, e eu entendo que seja assim por que é uma fase de coleta de provas históricas, e eu respeito que esteja se cumprindo essa fase. Pretendem ir até o móvel tirar fotos, e assim o farão. E fi-

cou bem claro para mim que isso não interferirá em nada, porque a discussão que deveríamos ter não aconteceu; Deveria ser na primeira fase do processo, então eu insisto e peço que se volte à primeira fase do processo. Essa é a minha solicitação, Glauco, presidente da Câmara, Silvino prefeito, CONDEPHAAT, peço que meus amigos advogados considerem isso e pense a respeito e que se solicite a exclusão de tudo que foi feito até agora, e se comece o processo desde o começo, com a participação de todos. Eu agradeço a todos.

Presidente Ver. GLAUCO: Agora vamos abrir a palavra para os debates, eu vou pedir para o Dr. Artêmio Fiorelini fazer o uso da palavra da Tribuna, por favor, o senhor pode perguntar o que o senhor quiser, para quem o senhor quiser, falar o que o senhor pensa também.

Artêmio: Eu gostaria de fazer um Manifesto comomunícipe, porquanto sou contrário ao tombamento de Batatuba. Piracaia, nós Piracaienses temos que ser contrários a isso; Aquele é o último reduto, que uma indústria possa se instalar em Piracaia e elevar a arrecadação desse Município. Não tem outro reduto igual aquele. Nós já fomos prejudicados com a represa. Piracaia, alguém sabe me dizer quantos quilômetros quadrados tem o município de Piracaia? 384... Já teve 400 km². Então, nós estamos perdendo; Agora se o CONDEPHAAT passar a administrar, que não é administrar, aquilo vai apodrecer, vai viver no meio do mato, não vai acontecer nada meu deus... O que vai acontecer?! Vai acontecer o que aconteceu com outros tombamentos, ficarão à mercê de Deus, ninguém usou ninguém vai usar, não vai ser aproveitado para nada. Então, eu sou contrário como municípe, eu sou contra o tombamento. Piracaia não tem mais outro reduto igual aquele se quiser desenvolver alguma indústria, alguma coisa meu deus, fica com o CONDEPHAAT pra ver o que vai acontecer... Vai ficar às moscas, como outros tombamentos ficaram. Não quero falar mais, porque eu fico nervoso com essas coisas, eu não consigo; então, eu acho que o público tem que participar, a sociedade Piracaiense tem que ter uma participação maciça, para não querer; Porque isso aqui é um órgão, é um ente autônomo ao município; Será que nós somos capazes de dizer o que é bom para nós?! O que é isso? O estado lança mão desses artifícios e os municípios passam... Piracaia, por exemplo, perdeu muito com o represamento, vê se Piracaia recebeu algum royaltdaquilo lá... Nada, absolutamente nada! Então, tomba Batatuba, lá já tem uma indústria, um escritório... O Senhor Edmoestá de parabéns de se manifestar também, porque aquilo lhe custou muito dinheiro, não é assim que o Estado lança mão de artifícios estaduais para deixar os bens parados, por que o estado não vai ter nem dinheiro para manter aquilo; Vai viver às moscas e vai ficar perdido no meio do mato. Tenho dito, muito obrigado.

Presidente Ver. GLAUCO: senhor Artêmio, que já esteve aqui aí, já foi vereador da nossa casa, ajudou muito na cidade, empresário, sábias palavras. O próximo a fazer o uso da palavra é o Ex Vereador, Edmilson Armelei. Nessa fase o senhor pode perguntar e falar o que o senhor quiser, para quem o senhor quiser.

Edmilson: Vou procurar falar no microfone, boa noite a todos, gostaria de cumprimentar o presidente da casa pela iniciativa e

na pessoa dele cumprimento todas as autoridades, e ao povo de Piracaia que é o maior interessado nessa situação. Antes de dar início ao que eu tenho para falar aqui, eu gostaria de perguntar ao Senhor síndico, Dr Luiz Henrique, colega de profissão... Eu queria saber qual seria hoje o débito, o passivo da massa falida, em valores... Aproximadamente só para eu fazer um cálculo aqui.

Luiz Henrique: Em torno de 12 milhões de reais.

Edmilson: Todos? Todo o passivo?

Luiz Henrique: Com exceção dos créditos fundo de garantia que foram decididos em favor da Fazenda Nacional.

Edmilson: Trabalhista corresponde mais ou menos a qual o valor?

Luiz Henrique: em torno de R\$ 6.000.000 seis milhões de reais.

Edmilson: outra pergunta: para ser pago os juros aos credores trabalhistas tem que esgotar todos os débitos principais de todas as classes para depois voltar ao pagamento dos juros, ou vai pagar primeiro o principal, se tiver dinheiro, correção monetária e juros dos credores trabalhistas?

Luiz Henrique: primeiro o pagamento obedece a uma ordem de critério, sendo primeiros trabalhistas, depois as fazendas Públicas, Credores Quirografários, Bancos, Particulares... Então, há realmente uma hierarquia nos pagamentos.

Edmilson: Pagou todo mundo... Os juros vai pagar depois de pagar todos os esgotamentos? Então vamos dizer o seguinte: O Dr Bata, por exemplo, representa a falida, pagaria-se todo mundo, inclusive a falida seria o último, seria a sobra, vamos dizer. Pagaria todos os credores, voltaria nos juros e teríamos um remanescente que seria destinado a família Bata. A pergunta é o seguinte: Com os juros computado, qual seria o montante? Pagando sem juros...

Luiz Henrique: Eu acredito que em torno de uns 35 milhões de reais.

Edmilson: Então, a gente não tá pensando em sobrar dinheiro para a Falida, acho que isso é o que menos preocupa. Então, nós temos que trabalhar para resolver o problema lá da Bata e os credores receberem os juros, 35 milhões. O que estava avaliado em torno de 50 milhões com o patrimônio.

Luiz Henrique: Realmente, nos termos do artigo 129 do Decreto Lei 766, diz o seguinte: "Se a massa comportar o pagamento do principal e dos juros será restituída ao falido a sobra que houver" Então, é o direito pleno realmente da falida em receber a sobra que houver, seja ela R\$ 1,00, seja ela R\$ 10.000,00 reais, R\$ 1.000.000,00 milhão de reais. Enfim, é direito pleno dela por lei, uma vez quitado o valor corrigido, e juros, o recebimento do restante.

Edmilson: Eu não vou trabalhar com essa hipótese, eu vou tra-

balhar com a hipótese que precisamos arrecadar 35.000.000,00 milhões. Está avaliado o patrimônio de 50 milhões e precisamos de 35 milhões para resolver o problema do pessoal de Batatuba, inclusive juros, mas tudo bem. É uma outra questão que eu acho que não foi colocada aqui, mas independente do tombamento ou não consta no plano diretor desse município aqui que teria que ter o tombamento da Vila Operária, isso aí já tá previsto em lei na época, no primeiro mandato antes da Dona Terezinha teve edição desse plano diretor; E eu acredito que uma pessoa que vai investir 50 milhões, não sei quantos milhões lá, ela deve saber, deve consultar o jurídico dela, um advogado que existe um patrimônio histórico... isso daí está lá; A gente não está discutindo se existe um patrimônio histórico, acho que isso aí ninguém discorda disso, existe um patrimônio um histórico; E o CONDEPHAAT, ele está cumprindo uma obrigação legal, a lei prevê, ele tem obrigação, o Conselho, ele tem obrigação de identificar um patrimônio histórico e abrir o processo de tombamento. Eu entendo dessa forma, hoje eu estou aqui como cidadão, sou advogado, já fui Vereador, mas eu estou aqui como cidadão; Eu fui autor inclusive da Lei Municipal que prevê o tombamento, que infelizmente o município já teria que ter feito o tombamento de vários prédios aqui, porque Piracaia acontece seguinte... Eu dou o exemplo da farmácia do José Brandão, que não existe mais, derrubaram o prédio; E todo mundo fala: Piracaia não preserva nada! E a farmácia do Zé Brandão... Mas, quando é para preservar, para a gente lutar pela preservação, ninguém se preocupa. Eu peço até desculpa para o meu tio Artêmio que me antecedeu aqui, o meu tio na época foi fazer uma viagem para a Grécia; Eu acho que ninguém vai para a Grécia para comer, eu acho que vai lá para ver o patrimônio histórico que temos na Grécia.

Então eu estou aqui, eu acho que temos direitos dos trabalhadores a serem defendidos, mas eu tenho certeza absoluta que o patrimônio existente é suficiente para pagar os trabalhadores. Eu proponho uma solução, eu respeito o nome empresário, eu também valorizo muito quem vem aqui e investe em Piracaia. Eu acho que eu vou propor uma solução, eu acho que a gente está aqui para propor soluções; Eu acho que a pista de pouso você pode, CONDEPHAAT, pode vim falar um monte de coisa, mas não tem pista de pouso, não tem características históricas da pista de pouso. Então, é uma questão a ser excluída do processo, por isso que tem essa defesa, abre-se esse prazo, e é isso que nós temos que buscar, verificar o menor prejuízo que possa causar para a sociedade Piracaense, e não vai me falar que causa prejuízo um tombamento, porque isso daí é um patrimônio do município, cultural artístico, e histórico; Até porque se alguém fosse com uma máquina tentar derrubar uma das casas lá, eu seria o primeiro a propor uma ação popular que é um instrumento de Defesa do patrimônio histórico cultural artístico do município, do estado da União, não importa; Assim como fiz lá em Joanópolis que tentaram tirar um calçamento, um mosaico. Então nós estamos aqui para defender a história de Piracaia, e a história de um cidadão que saiu fugido do seu país e construiu uma história no nosso município que é privilegiado por isso, e nós estamos aqui para defender essa história; Isso daí hoje tem interesses econômicos, eu acho que isso pesa muito, a questão de interesse econômico, a pessoa, a natureza nossa humana é primeiro a gente pensar no individual, a gente pensa na nossa família, depois a gente vai pensar no coletivo, mas quem pensa no coletivo, automaticamente, engrandece o individual. Então, nós

temos a obrigação como cidadãos Piracaenses de defender esse patrimônio; E defender também, os direitos dos trabalhadores, porque não adianta a gente jogar uma parte da população uma contra outra, não é esse o nosso intuito, então não adianta a gente trazer os trabalhadores aqui falar que vai demorar 10 anos... Ficaram 36 anos e não resolveram. Agora por questão de meses ou que leve mais um ano; Então, esse é o questionamento, esse é o debate que nós propomos aqui. Eu acho que tem outras questões aqui que eu acabei anotando, mas acho que basicamente nós temos que defender o nosso patrimônio, a nossa história, e mesmo tombar pode o Estado não cuidar, porque a grande preocupação é o seguinte, se por um acaso ocorra o tombamento, que eu acredito que está em vias de ocorrer, o patrimônio é da massa falida, e vamos dizer que um síndico, conversando com um juiz, não sei como é que vai ser isso daí, e destaque essa área para que seja feito o leilão do remanescente... Quem vai ficar como proprietário? O problema que a gente tem que discutir é esse! Quem vai cuidar desse patrimônio? Porque pode ser que ele não vá a leilão, ninguém queira comprá-lo, e ele vai ficar na mão na massa, e a massa tem que extinguir, a massa falida é o processo que tem que chegar ao fim; Então, eu acho que temos que buscar soluções é para isso! Quem vai cuidar desse patrimônio? Então, eu acho que até é uma questão que envolve o nosso prefeito de conversar com Secretário de Cultura do Estado, Governador, é essa a questão; Porque a preocupação é não vender o patrimônio; Eu se tivesse dinheiro compraria, certamente com tudo. Porque eu acho que aquilo lá é um é um grande potencial de fomentar até economicamente, de rendimento aquilo lá; Então, essas soluções... A gente não está aqui para discutir, cada um tem uma ideia, um pensamento, e não pode brigar por causa disso; A gente tem que estar aqui defendendo posicionamentos, e é para isso que a gente está aqui. Eu estou defendendo agrade, ou desagrade alguém, algumas pessoas, eu estou defendendo uma ideia, um ideal que a gente acha que é importante defender, porque eu moro aqui, escolhi essa cidade, meus avós nasceram aqui, meus bisavós, eu não nasci infelizmente, mas escolhi Piracaia; Estou aqui desde os meus 5 anos e vou continuar defendendo a nossa história. Então, muito obrigado e parabéns pela iniciativa, estou à disposição se alguém precisar de alguma coisa, mas é basicamente isso que eu tinha a falar, Obrigado.

Presidente Ver. GLAUCO: quero parabenizar nosso colega Edmilson pelas suas palavras. Próxima a fazer o uso da palavra é o Senhor Paulo Nano.

Paulo Nanô: boa noite a todos, Glauco, Dirceu, Bata, Dr, Rosane... Eu não sou daqui, sou de São Paulo, não vim aqui há 30 anos, e o que eu estou fazendo aqui hoje né, bem hoje nessa audiência aqui?! Eu tive uma ocasião de conhecer o Dirceu num evento que eu promovi com o Rui Aquino, diretor da Flex, para estudar voos para a Serra da Capivara; Eu sou o estruturador de projetos na área de infraestrutura; Projetos na Macro Logístico do Estado de São Paulo, projetos na área de turismo, eu estou envolvido com o projeto muito grande para resolver o problema do legado Olímpico e acho que ninguém imagina a imensidão do investimento que foi feito, e hoje isso tá tudo parado. E o meu propósito aqui é não falar muito e ir direto ao ponto; Depois a gente pode evoluir... A minha ideia aqui é a gente eliminar justamente essa questão do trade-off; Trade-off é justamente:

“Eu abro mão disso e você faz aquilo, mas eu deixo aquilo...” Eu achei que o senhor falou uma coisa com muita propriedade, tombou, acabou... Isso é aqui no Brasil, lá fora não é assim; Por quê? Porque não é o poder público que vai resolver. Quando eu falo de estruturação de projetos é amarrar as pontas soltas, e quando eu cheguei aqui que eu me envolvi nisso por um convite do Dirceu, porque quando eu comecei a conversar com ele sobre o problema da Serra da Capivara, que tem um patrimônio de quase 100 mil anos, e vão menos de 20 mil pessoas lá, vocês não imaginam a maravilha que é aquilo, em termos de história, que é a nossa história, é a maior, o maior acervo de pintura rupestre, arte rupestre do mundo, nem na Espanha, lugar nenhum tem o que nós temos aqui no centro do Piauí. E a minha ideia é levar 10.000 alunos; Eu arrumei um projeto patrocinado para levar 10.000 alunos para eles terem uma ideia, o que é levar 10 mil alunos para Serra da Capivara em voos, é um projeto de 40 milhões patrocinados, é mais do que isso. A minha proposta, eu acho que isto aqui, a ata que vai sair daqui, é um relatório do que cada um está dando de valor para o seu negócio. A coisa mais importante agora é a gente montar uma inteligência, achar a solução para cada coisa que cada um está colocando aqui, existe agora, isso não é função da Câmara, isso é função nossa! Todos nós, sociedade civil de Piracaia, a minha mensagem também deixar aqui é que se deve juntar, se organizar, agora evidente, se nós não tivéssemos o famoso catalisador no nosso organismo nós já estaríamos mortos, nós não estaríamos aqui, não existiríamos; Há a necessidade de um catalisador, facilitador de processos, por exemplo, eu quando escuto dizer: “Aquele aeroporto não vale nada, no Brasil não tem infraestrutura, não tem Porto, onde estão as oportunidades de investimento? Em aeroporto, em porto e aeroporto, estrada, ferrovia, nós não temos ferrovia, nós temos aqui um arremedo de aeroporto e achamos que aquilo não é nada; Aquilo foi autorizado um dia, passou um processo, aquilo pode ser um heliporto, pra quê? Se nós estamos com oportunidade de ter a República Tcheca e Eslováquia dando apoio para trazer a cultura deles que é riquíssima, passaram por guerras, por invasões, pelo nazismo, isso tem que ser contado gente, isso tem que estar aqui! Para as pessoas virem visitar e conhecer o que foi a Segunda Guerra Mundial, a destruição que causou, sabe, é fantástico; E o que nós temos aqui para levar para lá... Nós estamos perdendo isso, nós estamos achando... Nós estamos focando em um problema de uma área, essa área tem que ser trabalhada para ser construído um negócio, justamente o que nós estamos pensando aqui para gerar emprego, em indústria; hoje os processos não empregam mais pessoas; Logística está cheia de Galpão, ninguém acho que aqui conhece o que é o plano macro logístico Metropolitano. Hoje se chegou à conclusão, nós temos 160 bilhões investidos em estradas e não podemos mais construir estradas em São Paulo, sabiam disso?! Só ferrovia. Então, tem o hidroanel Metropolitano que eu estou envolvido, eu estou envolvido no projeto navega São Paulo, no projeto do Sport, estou me envolvendo com outros projetos, tem vários projetos... Agora minha ideia o que é? A minha ideia é estruturar, é dar o caminho, é apontar soluções, tentar juntar os interesses e formar um conteúdo; O grande problema de quando se tomba um patrimônio histórico é que a gente não sabe trabalhar o conteúdo, não sabemos organizar, como montar esse conteúdo para que as pessoas venham visitar. Se vocês quiserem contar comigo eu ajudo! Eu acho que aí muda muito porque o processo

inicial é começar a ver o que nós queremos fazer em relação a atração de turista pra cá, quais são os potenciais, como é que nós podemos trabalhar isso integrando com indústria, e como é que nós vamos imediatamente resolver o problema da massa falida...É por aí que começa; O projeto do consórcio que eu estou montando para o legado Olímpico, ele está necessitando de um aporte de 20 milhões, é mais do que isso aí; E eu estou arrumando o dinheiro, e o meu advogado falou “Você não vai falar com a Crefisa em 20 milhões” Por que? Porque tem muito valor agregado. Quando nós começamos a dimensionar as receitas que nós vamos ter de licenciamento de ocupação de espaço, evento, cultura, música, shows, e os eventos esportivos, hoje no Brasil têm cerca de 800 por final de semana, 800 eventos só de corrida; Porque que nós não podemos trazer aqui um Museu de Arte Contemporânea?! Por que nós não podemos colocar aqui um jardim botânico?! Agora como é que nós vamos dar solução para aquele pessoalzinho que tá morando? Isso não é nada, isso é fácil resolver. Olha o que eu queria dizer para vocês sabe, não vejam isso como um problema veja como solução. Agora o que eu proponho? Seguir essas reuniões, tá ok?! Agora nós vamos ter que montar um grupo, estudar, começar a montar as grades de oportunidade, como eu falei amarrar as pontas que estão soltas, dar um sentido esse discurso todo, para que essa reunião aqui, ela seja o início de um processo, e não uma discussão que “Ah tá vendo perdeu” ou não vamos deixar perder oportunidades. Quando eu fui conversar com ele, eu conheci através de uma outra pessoa, fazendo uma reunião em Jundiá, para resolver o problema de Capivara, e eu estou aqui com vocês hoje. Eu estou aqui porque eu tenho uma ligação com Piracaia quando era adolescente, porque eu vinha muito para Atibaia, e a gente juntava turma e vinha pra cá, para Itatiba, era comum pegar estrada aqui na década de 70. A família Nanô foi muito famosa na década de 70 lá para o lado de Atibaia, a gente tinha muita influência, foi outra época. Bom era isso que eu queria transmitir para vocês.

Presidente Ver. GLAUCO: Só lembrando que as pessoas podem debater, questionar, perguntar, fazer o que acharem melhor. Próximo ao fazer uso da palavra, Senhora Lillian Stanigher, nossa Diretora de obras aqui de Piracaia.

Lilian Stanigher: Boa noite a todos, todas as autoridades, a todos os presentes, eu não sou muito boa para falar, mas eu anotei alguns tópicos do que foi falado, eu queria sim, na verdade dar uma esplanada na minha opinião, claro do que eu conheço Piracaia, do que eu conheço das leis que foram elaboradas de 2005 para frente, do que eu acompanhei, do que eu acompanhei posteriormente, e também esclarecer algumas coisas que acho que algumas falas teve algum equívoco, talvez por falta de conhecimento de alguma coisa. Então primeiro é em relação o porquê esse tombamento só veio agora... Não, esse tombamento ele foi em 2006, como bem falou o Armellei, em 2006 estava no plano diretor o tombamento Municipal, aliás muito mais restritivos do que propõe CONDEPHAAT, porque era uma área não edificante; Isso foi transformado em lei em 2007, Lei nº 45/2007 que é o plano diretor. O plano diretor além de colocar essa área de proteção não edificante na área de Batatuba já com um estudo preliminar de importância histórica e cultural não só pelo Município, mas também Regional, Nacional enfim... A

partir disso foi feito esse plano diretor, e essa lei ela pedia uma lei específica de tombamento, que é o trabalho que o CONDEPHAAT está fazendo hoje. No plano diretor havia uma ficha como modelo do tombamento que elencava todas as edificações e a partir daí elaborar critérios de ocupação desse solo, e daí tirando, a partir desse processo, de uma lei específica de tombamento, que não foi feito, a partir desse processo você descongelaria, hoje não... Porque foi mudada essa lei depois; Você realmente congelou o bairro até que fizesse essa análise, que demandaria mais tempo, e mais técnico, um trabalho específico. Mas, a área foi preservada desde 2006 com a lei de 2007. No ano, eu não vou me Recordar, acho 2009 ou 2010 eu era secretária em Joanópolis, a convite do então presidente da Câmara, o Prefeito atual Silvininho, eu estive nessa casa e por duas vezes eu fiz explanação sobre Batatuba, com datashow, explicando a importância, na presença na época do Síndico, também que era Vereador, a gente falou do tombamento que era necessário... Então assim, esse tombamento ele vem, eu pelo menos falo há 13 anos dele; A gente fez no plano diretor audiências públicas no bairro, foi feito todo o levantamento. Então assim, não é verídico dentro da cidade o tombamento e o movimento não é um movimento pessoal; Eu realmente depois fiz o mestrado em relação ao Bata, defendido em 2018 na Unicamp, mas assim, os trabalhos do Bata existem trabalho na USP de 2011 que foi uma das minhas bases, existem trabalhos nos Estados Unidos e Harvard, existe trabalho em Portugal, na França, na República Tcheca, e aqui mesmo em Batatuba vários estudantes internacionais estiveram aqui o ano passado pesquisando a Vila, porque a partir de 2007, quando foi arquivado, o processo dele, alguma coisa assim... Houve um fomento até então, acho que a família pode falar bem; Só existia um estigma do Bata lá na República Checa, que ele tinha ajudado Nazismo e isso foi colocado abaixo, e a partir disso teve uma evocação no mundo da importância dele, não só na parte Industrial, mas como uma produção de sociedade, Ele tem mais de 30 cidades conectadas, construídas na década de 40. Então a importância histórica dele, acho que já foi bem debatido, está bem clara; Então a gente se identificou a isso há bastante tempo, isso não foi levado a cabo, na verdade em 2012 teve uma Lei que retrocedeu essa proteção, limitou essa proteção, nesse período a gente buscou mais material justamente para poder embasar melhor, e não correr o mesmo risco, com por falta de dados, que não seria feito pelo poder público; Porque sabe também que existe uma falta de técnico dentro do poder público. Eu fui diretora aqui numa gestão, eu sei a dificuldade que é você ter que fazer o projeto, correr atrás da obra, fazer a planilha, e participar de reunião de madrugada. Então assim, não tem, Infelizmente, não tem condições técnicas no município. A partir disso nós fizemos uma relação de documentos a partir de vários trabalhos, inclusive internacionais, que estão anexados no CONDEPHAAT não é só o trabalho que eu desenvolvi que isso fique bem claro, ele é um deles... A partir dessa coleta maciça de dados e muito bem embasado, nós conseguimos em agosto de 2018 dar entrada no CONDEPHAAT, inclusive com a matrícula que era uma das nossas dificuldades em conseguir, que nós conseguimos com ajuda inclusive do Síndico da massa falida o ano passado, quando fomos à fábrica, a gente falou com ele sobre a intenção, inclusive do tombamento da área pela importância do Bata, o Síndico na hora passou para gente a referência com o número da matrícula, no mesmo dia

conseguimos a matrícula; Então assim, esse processo assim, não sei se não colocamos cartazes, nada, mas eles vem falado há muito tempo com as pessoas envolvidas. A família Bata eu conhecia muito raramente, conheci recentemente Dolores, não tive contato com ela, nem para produção do trabalho, nunca entrei em contato... o senhor também não conhecia; Então assim, nós vimos isso não só pela preservação histórica, a gente tem que lembrar aqui Batatuba, ela é um núcleo de mais de 80 anos, o núcleo Industrial foi construído, embasou a economia da cidade de Piracaia após o declínio do café. Todo mundo sabe que depois do declínio do café quem sustentou a cidade até a década de 90 foi a indústria calçadista, trazida pelo Bata, então assim, só isso para o Município já deveria ter um valor cultural importantíssimo. Assim muitas fábricas saíram enraizadas do Bata, isso é fato. Nesta Vila a fábrica faliu em 80, tem muitos moradores antigos ainda da Vila, antigos funcionários, ou não, mas tem família, tem pessoas que moram na Vila há mais de 70 anos; Essa Vila é um núcleo que contém todos os equipamentos urbanos e públicos, que atendem todos os bairros ao redor que é o Romitee o Pedroso, são mais de 5 mil pessoas atendidas pela infraestrutura de Batatuba, além da questão das pessoas que moram lá, da importância das casas, e da Vila, do contexto histórico cultural... Enfim, isso é um é um fato! A importância social de Batatuba dentro da cidade, ponto 1. Ponto 2: Manutenção e propriedade da área. Um tombamento até na aprovação da prefeitura, uma das frases em todos os projetos há décadas, é aprovação do projeto, independe do direito de propriedade. Então, qualquer pessoa que identifique um potencial cultural e histórico, seja lá o que for, de qualquer propriedade particular ou não, ela pode identificar e apontar... Se isso vai ser tombado ou não, é uma outra coisa, a partir do estudo que está sendo realizado agora; Mas isso não congela em nada, ele vai estabelecer diretrizes e critérios para ocupação. As casas que são casas continuaram casas; As casas que as pessoas compram em condomínio fechado em Atibaia ou mesmo aqui, condomínios em casas ou condomínios de apartamento, também não pode ser modificadas, e todo mundo compra; Então não perde valor comercial, você tem uma casa com dois ou três quartos, um quarto que são vários modelos de habitação dentro da Vila, então para adaptar as famílias que trabalhavam na fábrica, então isso é uma característica dele... As casas eram direcionadas e personalizadas conforme o número das famílias existia uma flexibilidade ali dentro, conforme a família iria mudando. A partir do momento que você tem uma casa em um eixo importantíssimo de logística, assim muito próximo a Atibaia, a 5 km do centro de Piracaia, assim fácil acesso a São Paulo, a qualquer lugar; Você tem uma casa com boa qualidade construtiva, de tijolo maciço, que não se faz mais quase casa de tijolo maciço, um telhado convencional de madeira e telha de Barro, com uma técnica mais conhecida impossível no Brasil; Que é uma técnica utilizada há 150 anos, por isso que o Bata utilizou essa técnica aqui, uma vez que, outros lugares eles usavam concreto armado. Aqui é uma técnica estabelecida, ou seja, a mão de obra ele teria no local, como a gente ainda tem. Então, você dizer que uma casa, assim com os padrões de média qualidade, de classe média, qualidade padrão alto de classe média, bem localizada, bem construída num terreno de mais de 300 metros quadrados, menor terreno lá tem 300 metros quadrados... Uma casa com conceito urbanístico que não é casa geminada, você não tem vizinhos, são casas

isolados, bem ensolaradas, bem ventiladas, com fácil acesso à Rodovia, uma topografia de arruamento que você dificilmente faz, porque foi pensado... Foi pensando para não ter enxurrada, foi pensado para não ter uma velocidade do aumento da água, e você tem um alargamento lá embaixo; Foi pensado para diminuir isso, diminuir a erosão, e isso cair ali no campo, que é um Brejo, uma APP. Então, existe uma técnica, a preservação do Bata, é uma preservação não só da memória dele como pessoa que é importante, mas a técnica que ele desenvolveu no período moderno, no pré guerra durante o processo que quase nem se falava em urbanismo; A palavra urbanismo foi criada nessa época, assim nem existia o conceito de Urbanismo antes da industrialização. Então, é uma bobagem, porque assim, a manutenção dessas casas que continuariam sendo casas, é muito simples, é como a gente faz manutenção na nossa casa. A gente não tá falando de um Palácio, do Teatro Municipal, do Museu do Ipiranga, que é público, a gente sabe que a manutenção é outra... A gente está falando de uma manutenção de uma moradia unifamiliar simples, básica, comum, que fazemos até hoje... Então, inclusive, empregando mão de obra local para manutenção. Durante todo esse tempo as casas estão lá em conservação, principalmente a questão do madeiramento, por infestação de inseto, cupins, enfim...

Mas, a manutenção, acho que faltou foi manutenção... De um ponto em relação a esse mito de quem vai cuidar; Qualquer pessoa, como a gente cuida da nossa casa... Eu cuido da minha casa, a casa 3 ou 4 anos vai lá e se pinta, tá tendo cupim aqui você vai lá pega uns spray e põe, simples! Assim, acho não tem nenhuma dificuldade nisso. Outra questão a valorização do imóvel, eu falei, é a questão do limite. A cidade foi recentemente inserida como município de interesse turístico; Uma coisa assim que acho que é um mito também, é a questão da industrialização... Como bem falou anteriormente aqui, a empresa, hoje em dia é tudo automatizado, a maior parte das coisas é automatizada. Piracaia tem uma topografia de mares de morros, ou seja, ela não é uma topografia para instalar grandes galpões industriais, você não vai passar uma máquina na cidade para deixar plana; Então, ela é capaz de absorver Pequenas Empresas dentro da topografia, até por uma questão ambiental por ser uma cidade que é uma sobreposição de APA, você não pode fazer grandes movimentações de terra. Fora isso a cidade tem a vocação calçadista, com mão de obra excedente hoje porque não temos mais fábrica, mas a mão de obra ainda existe dentro da cidade... Então, isso é um fato, que é meio que colocado de lado, mas existe essa mão de obra desperdiçada na cidade. Outra coisa é a vocação agrária da cidade. Desde a época do café, e a cidade teve um período importante da agricultura, e que ainda é! No Ceasa, eu frequento muito Ceasa de Campinas, a maior parte dos produtores, tanto de flores é de Atibaia, Piracaia... Então, você tem um potencial, você tem uma vocação dada pela natureza geográfica, social, enfim... Meio que determinada, não é restritivo o uso da indústria, mas a indústria você tem que pensar em indústrias que qualificam e absorvam a mão de obra local; Por exemplo, a Ballagro, como está em um município agrícola é totalmente pertinente à empresa, que o Senhor tem aqui, porque ela tá ela está vinculada com a vocação econômica do Município, e que você absorve e mantém fixa a população na terra; Se você assume e encara a cidade como ela é, com as características que ela tem, é muito mais fácil o planejamento; Não

adianta a gente imaginar e ficar com esse sonho na industrialização e com grandes galpões industriais vão resolver o problema da cidade, que vai absorver mão de obra de Atibaia. A Nossa vocação e população é capacitada em outras coisas... Lógico que você vai precisar de um administrador, do advogado, você precisa de várias coisas, mas você pode também trazer para cá técnicos agrícolas, especialistas em água, somos um manancial, somos responsáveis pelo abastecimento de mais de 20 milhões de pessoas da região metropolitana, isso não é pouca coisa, é uma responsabilidade, mas tem que saber como gerar economia, que é muito possível; A agricultura orgânica é a segunda economia que mais cresce no mundo, no ano passado cresceu 30% inclusive no Brasil, que antigamente esses 30% era restrito fora do país. O ano passado, o país, esse crescimento se igualou a média mundial, então a gente tá aqui a 80 km de São José, de Campinas, de São Paulo, e para poder vender produto agrícola e todas as empresas que sejam correlatas... Você precisa de um monte de coisa, de sacaria... Então assim, é pensar todo mundo junto, eu não entendo de economia, não entendo de nada, entendo de um pouco de Urbanismo e você vai aprendendo com o tempo, mas assim é todo mundo pensar junto, e pensar na vocação; Não vamos nadar contra a maré que ninguém vai a lugar nenhum nadando contra a maré! Você querer fazer galpões industriais em uma área que você não pode, aí você vende na sobreposição de APA e como você vai falar para o cara que ele não vai poder fazer um galpão de 5mil metros quadrados, que ele vai fazer essa baita movimentação de terra... E daí? Ele comprou... “há, o bem é tombado”mas, aquela área todo mundo viu aqui, ela não representa, acho que eu não fiz a conta, nem 5% da área leiloada gente; E a questão do aeroporto que é uma polêmica, as coisas são descritivas, e identifica tudo que foi construído na época, não é que vai ser tombado, mas você tem que identificar o que foi, para poder ir depois selecionando que tem real valor, mas você precisa identificar as coisas. Não existiu assim, seja só para uso pessoal do Bata, não importa, de fato que ele tá lá, se ele tem importância ou não vai ser discutido a partir de agora; As coisas não podem ser mal informadas, ou distorcidamente informadas, as coisas têm que ser claras! Eu não estou aqui para fazer a cabeça de ninguém, eu estou colocando a minha opinião, os fatos que eu sei, que eu tenho plena consciência que eu estou falando, não estou distorcendo absolutamente nada, e acho que é isso.

Presidente Ver. GLAUCO: Próxima a fazer o uso da palavra, a senhora, Ana Maria. Só lembrando que a senhora pode perguntar para quem a senhora quiser, e também pode debater as questões.

Ana Maria:Boa noite a todos, eu não tenho capacidade técnica nenhuma para falar, nem jurídica, mas eu estou aqui para falar como uma pessoa do Bairro. O meu depoimento é estritamente de cunho emocional, eu nasci e cresci naquele bairro, e sou filha de trabalhador; Meu pai trabalhou na fábrica, infelizmente, ele não vai ver o fim desse processo, mas o que nós queremos é preservar a história, a história de Batatuba, não só história do Senhor Bata que fundou, que construiu, mas a história do bairro, a história das pessoas que ali moram, a história das ruas, a lembrança que cada um de nós que nascemos e crescemos naquele bairro nós temos. Nós conhecemos aquele bairro de

ponta a ponta, cada lugar, cada esconderijo que a gente usava para brincar, tudo! Quando o Dr Luiz Henrique aventa a possibilidade de tomar duas ou três casas para a história, eu peço permissão para discordar; Porque nós queremos tomar a história do bairro, nós queremos tomar o bairro todo, como bem disse a Patrícia, quando a gente estava conversando, Batatuba, as casas de Batatuba não tem número, elas têm nome, é a casa do seu Marcílio, a casa da Landinha, é a casa da dona Cristina, quer dizer nós conhecemos aquele lugar como ninguém conhece. Então, é isso que nós queremos preservar! Claro tem todo o estudo técnico, todo teórico, toda parte jurídica de valorização e desvalorização, tem tudo isso... Tudo isso vai ser analisado pela as pessoas competentes, mas nós moradores, nós queremos preservar a história. Eu só queria fazer um adendo também, à colocação do Dr Bata, quando ele fala sobre usufruto, que as pessoas ali estão achando que o usufruto é ficar com a casa?! Não, nós não estamos achando! Nós sabemos que o usufruto é para eu ter o meu neto e passar pela rodovia e falar: “Eu cresci aqui, eu brinquei aqui” todos lá temos a ciência de que o tombamento não significa ficar na casa, significa que aquele lugar vai existir para o resto de nossas vidas, para todas as gerações, é isso que nós queremos. E claro, eu não tenho a certidão jurídica nenhuma para falar, e nem econômica para falar, mas a desvalorização que o Doutor Bata colocou que quem vai comprar vai comprar um bem desvalorizado, e comparou a um carro cheio de defeitos, cheio de multa, desculpa, mas pela proporção que nós vimos aqui, o carro se fosse usado como parâmetro, ele apenas estaria com os pneus carecas, coisa que não influencia em nada no valor. É isso, obrigada.

Dr. Bata: Sr. Presidente, como eu fui citado eu gostaria de indagar, me perdoa eu não me lembro do nome...

Presidente Ver. GLAUCO: Ana Maria.

Dr. Bata: Senhora Ana Maria, nenhum momento que a gente veio aqui fez referência a “todos”. Quando a senhora fala em “todos” do bairro é algo muito perigoso, porque não é uma unanimidade; E eu provo isso porque eu tenho aqui um abaixo-assinado de moradores de Batatuba contra o tombamento; Então, nós não podemos só diante da sua fala generalizar como se você representasse o bairro, Obrigado.

Luiz Henrique: Da mesma forma também que a moradora Lillian se referiu a minha pessoa, sendo que eu já teria conhecimento desse tombamento, por ocasião de uma visita de alguns representantes do controle do Tcheco na fábrica, eu contesto essa afirmação. Por que jamais tive, jamais foi informado na época, em especial quando do comparecimento e representantes do Consulado no local desse tombamento; Alguns membros do Consulado estiveram no local pediram autorização para conhecer o local, adentrar ao interior da fábrica para conhecer, e uma vez que adentraram e verificaram lá, a existência de umas máquinas antigas, entraram com pedido judicial solicitando então a entrega para o governo Tcheco de algumas máquinas, e eu me manifestei favoravelmente à entrega dessas máquinas, e a justiça acabou inclusive autorizando a entrega dessas máquinas, então a visita teve por escopo realmente conhecer o local, e uma vez conhecendo local a iniciativa do governo Tcheco em solicitar algumas máquinas, então me perdoe, senhora Lillian, a infor-

mação que a senhora deu está equivocada, porque eu jamais tive conhecimento deste tombamento naquela ocasião.

Rosângela: Senhor Presidente, gostaria da palavra, já que eu não fui diretamente citada pelos meus colegas, que também compõe a mesa, mas indiretamente quanto a nossa prática profissional, eu gostaria de fazer um comentário, mas não necessariamente agora, mas eu registro muito a minha vontade de responder alguns quesitos específicos, que foram apontados sobre a atuação do CONDEPHAAT, mas eu aguardo o momento oportuno.

Presidente Ver. GLAUCO: Ok. Pode, a próxima que fazer o uso da palavra, dona Maria Margarida, ela está presente?

Edmilson: Eu estou aqui com o intuito de achar soluções, e depois da fala da fala da arquiteta Lillian, engenheira arquiteta, me veio uma ideia... Não seria possível, Dr Luiz Henrique, separar esse leilão, pedir ao juiz a separação e fosse levada as casas a leilão em separado, individualizadas, até porque daria oportunidade para os moradores e credores da Bata trabalhista, de adquirir esses imóveis, sabendo que seria um bem tombado, que ele não poderia mexer na fachada, mas poderia mexer em toda a estrutura da casa interna, encanamento, manter aquele patrimônio, porque eles têm um valor sentimental muito maior que muita gente que deveria tê-lo, mas seria uma forma da massa arrecadar o dinheiro e desfazer desse patrimônio, que provavelmente vai ser tombado; Eu queria saber da possibilidade, Dr Luiz Henrique.

Luiz Henrique: Edmilson, eu entendo que essa questão caberia, exclusivamente, ao perito avaliador, fazer essa análise dessa possibilidade de apresentar em seu laudo realmente, a ideia realmente, dessa venda, que seria submetida ao síndico, depois o Ministério Público e decisão judicial; Então, é uma questão subjetiva do perito avaliador, que tem todo conhecimento técnico em avaliação e poderia realmente analisar a possibilidade.

Edmilson: Possivelmente, considerando o tombamento, reduziria o valor, e facilitaria que o morador da casa adquirisse esses bens; Eu acho que a gente tem que estar aqui para buscar soluções, eu acho que o tombamento está caminho, nós queremos preservar esse patrimônio, e dou uma outra sugestão também; A questão da pista, eu acho que isso daí, acho que o Dr Luiz Henrique fará a defesa, eu entendo que não tem nada disso... Pode ter uma ideia de que existiu lá uma pista, mas hoje aquilo lá não existe mais. E com relação ao empresário que investe na cidade, eu acho que a gente poderia tentar chegar num consenso de fazer o tombamento pela Lei Municipal; O município tombaria isso aí, não sei se o Estado poderia abrir mão em decorrência de o Município fazer esse tombamento, até para facilitar qualquer modificação, para não impedir o exercício da profissão da empresa fazer isso via Municipal, também deixo essa sugestão. Acho que o representante do CONDEPHAAT poderá responder.

Luiz Henrique: Dr. Edmilson, entendo que é louvável a ideia do Senhor que os moradores pudessem até numa venda separada, individualizada de cada imóvel, adquirir um imóvel, mas para isso precisariam receber não só o valor corrigido monetariamente, mas também com a inclusão dos juros, o que realmente

iria majorar o crédito.

Edmilson Armellei: O Senhor está subestimando o valor que ele tem em caixa, ou com a família ele arrecada o valor para depois receber de volta... isso a gente está já achando que eles não tem o dinheiro. Mas tem oportunidade de adquirir. Eu acho que se colocar em leilão cada um vai ter oportunidade de adquirir, até por um preço menor diante do tombamento. É uma sugestão, obrigado.

Presidente Ver. GLAUCO: Dona Rosane, a Ballagro, empresa que já está instalada, e eu acredito que o tombamento inviabiliza a empresa, isso poderia ser repensado? Já está fechada a questão? Dá para conversar?

Rosane CONDEPHAAT: Obrigada pela pergunta, é bastante pertinente por que me permite esclarecer alguns aspectos que talvez sejam entendidos de uma forma um pouco equivocada. Até o momento o tombamento ele não impede nenhum tipo de desenvolvimento, ontem, por exemplo, em conversa com o Senhor Edmo, eu falei que talvez tanto o CONDEPHAAT como a Ballagro estejam muito mais próximas como o senhor imagina, tendo em vista que o Senhor arrematou aquela área, o Senhor comprou aquela área e preservou o edifício, seja através de uma reforma e não restauro como seu Luiz falou... Então, o objetivo do tombamento é garantir a presença física desses remanescentes que fazem sentido cultural para a população. Eu aqui enquanto Servidora Pública estou cumprindo o meu papel como cada um dos Senhores também estão. O nosso papel, a nossa atenção, é pautada a partir de um requerimento de qualquer pessoa da sociedade civil, no caso foi do grupo de memória; Então, esse é o primeiro ponto. O segundo ponto, em relação a se o Estado poderia abrir mão do tombamento da pista, ou de qualquer outro elemento, que inicialmente teve listado como algo de interessante para a preservação... Como eu disse inicialmente, essa é apenas uma primeira fase de estudo, isso não significa o tombamento final, tombamento definitivo; O que vai subsidiar a nossa orientação técnica, já que, nossa função, é uma função exclusiva, e não deliberativa, não é a área técnica que decide, e sim apenas instrui processo. A primeira fase nós imaginamos que a pista de pouso tivesse um valor associado considerando a inteligibilidade do conjunto urbano de Batatuba; Caso nessa segunda fase dos nossos estudos a gente comprove que é um bem que não tem tanta relevância cultural como outros, provavelmente ficará de fora, porque não faz o menor sentido tombar coisas que não tem significação cultural. Para que a gente consiga verificar essa significação cultural é importante ter acesso à área, inicialmente a gente não teve acesso, porque está para além dos limites da massa falida; A gente também não teve acesso por enquanto, mas já combinamos com o Senhor Edmo da Ballagro que teríamos acesso à residência de Antonin Bata; Então o aprofundamento desses estudos, ele é fundamental para a gente concluir a valoração desses bens, algumas coisas ficaram dentro, algumas coisas ficaram fora. Então, essa segunda fase do nosso trabalho é fundamental para que a gente tenha algumas confirmações, e essas confirmações elas são apontadas como itens de valor. Quem decide é o CONDEPHAAT. O CONDEPHAAT é um conselho que representa o governo de São Paulo, a sociedade civil; Então, são eles que decidirão.

Atualmente, o CONDEPHAAT é composto por 24 membros que foram designados pelo Governador. Então, primeiro ponto: Não somos nós. O segundo ponto é que o tombamento não está decidido, já que, o Senhor comentou que talvez o tombamento esteja decidido, como se fosse um jogo de cartas marcadas... Eu fiquei muito impressionada de ter ouvido isso do senhor, já que, nossa atuação ela é inteiramente pautada na legalidade. Ao contrário do que o senhor...

Luiz Henrique: A Senhora me permite uma parte?

Rosane CONDEPHAAT: Quando terminar!

Luiz Henrique: Isso foi dito na reunião em Ubatuba, pela Senhora Elizabeth, de que o proprietário...

Presidente Ver. GLAUCO: Doutor, vamos deixar ela terminar... daí o Sr. Já vai em seguida.

Rosane CONDEPHAAT: Eu não vou retomar novamente isso, porque o senhor pode inclusive consultar as filmagens que foram feitas para compreender melhor o que a Elizabeth, que a nossa diretora, falou. Então, talvez não seja um assunto que mereça ser retomado agora, caso o Senhor assista as filmagens, o Senhor talvez tenha um entendimento diferente do que esse entendimento que o senhor teve, expressou agora como se fosse um ato inconstitucional, e não é! O fim sobre a questão do tombamento, se nós poderíamos abrir mão do tombamento... Determinado elemento para o Município realizar o tombamento. O tombamento ele é Estadual, ele só ocorre quando um determinado bem tem significância Cultural para uma comunidade maior, relativa a todo estado de São Paulo. Então, caso estudo técnico aponte que o bem é bastante importante, não apenas para o Município, mais para todo estado de São Paulo vai ser sugerido o tombamento em âmbito Estadual, muito obrigada.

Presidente Ver. GLAUCO: Doutor Luiz Henrique, quer falar alguma coisa?

Luiz Henrique: Eu gostaria de reiterar que essa afirmação foi dita publicamente pela representante do CONDEPHAAT, na reunião de Batatuba, de que o proprietário apresenta defesa, 'a gente faz de conta que leu e tomba'; Isso foi dito e acredito que seja gravado também, porque houve a gravação e há várias testemunhas que ouviram realmente essa afirmação.

Presidente Ver. GLAUCO: Senhor Edmo, o Senhor quer falar?

Edmo: Quando eu sugeri que esse processo voltasse ao início, e quando a senhora fala que nós nos manifestamos que é um jogo de cartas marcadas, eu tenho impressão que é assim mesmo, por isso que eu sugiro que se volte a discussão inicial; Porque, quando foi feito o estudo, a sociedade não foi ouvida, esse é o ponto. Nós estamos na terceira fase do processo, e a senhora fala que é o primeiro, que é fase inicial de avaliação... Não é, porque já teve aprovação do Conselho, estão fazendo um estudo técnico agora. Então, a nossa sugestão é para que se retorne a primeira fase, que não foi feito com a sociedade, esse é o ponto, por favor, eu quero que seja considerado dessa forma, da me-

lhora forma possível, sem críticas desconstitutivas, que se inicie o processo do início, porque todo estudo ele só considera a opinião de quem elaborou o processo... Não se ouviu a sociedade, eu não fui ouvido, a Massa Falida não foi ouvida, a família Bata não foi ouvida; Então, esse é o ponto! Vocês estão da terceira fase do processo, estamos no estudo técnico já. A primeira fase não foi feita, desculpa, o nosso entendimento, o meu entendimento é esse.

Rosane CONDEPHAAT: Certo, nós temos mais do que um entendimento, nós temos uma legislação que pauta a nossa instrução de processo; São processos administrativos, mas em todo caso eu queria passar a palavra para minha colega, Débora Neves, funcionária pública do governo do Estado de São Paulo.

Débora CONDEPHAAT: Boa noite a todos, gostaria de prestar um esclarecimento, Rosane já me apresentou, o meu nome é Débora, eu sou funcionária da Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa desde o ano de 2010, e não é a primeira audiência pública da qual eu participo. Eu gostaria só de prestar um esclarecimento sobre a esse questionamento do Senhor, Senhor Edmo né?! É o seguinte, o tombamento, o ato de tombamento ele se trata de direito difuso, ou seja, o direito difuso é aquilo que é de direito de todos nós, é coletivo, é aquilo que nos interessa a todos, e não ao indivíduo. O direito difuso, eu vou pedir para o Senhor, por gentileza me ouvir, aí a gente pode continuar o debate depois, se Senhor me ouvir talvez eu possa esclarecer o ponto que o senhor está apresentando, mas só depois que eu terminar, por gentileza; Então, como se trata de um direito difuso e coletivo isso não fica submetido a qualquer tipo de plebiscito, ou uma audiência pública, por que se entende que se é de interesse coletivo, você não pode colocar o interesse da coletividade sob escrutínio, ou seja, você não pode votar se algo é de direito, ou não de alguém... Aquilo é entendido como direito; Por isso que não existe, infelizmente é a legislação, é como funciona. Então, o tombamento trata de um direito difuso, coletivo, portanto ele é regido por um rito de processo administrativo, portanto as pessoas podem se manifestar a qualquer momento nesse processo, se o senhor tem esse interesse o Senhor pode redigir um documento, anexar ao processo, e isso vai ser apreciado a qualquer momento; Não precisa ter o chamamento do poder público para qualquer pessoa que esteja aqui fazer isso, aliás não precisa nem sair daqui, pode ser de qualquer ponto do Estado de São Paulo, para quê de novo estamos tratando de direito não da sociedade só de Piracaia, mas de todos os habitantes do Estado de São Paulo; É direito difuso, é coletivo, portanto a qualquer momento, qualquer um dos Senhores, alguém que mora em Ribeirão Preto, alguém que mora em Presidente Prudente, pode se manifestar no processo, não precisa haver qualquer tipo de chamamento público para que isso aconteça, qualquer pessoa é parte interessada, porque isso é interesse de todos; Então, eu só pedi essa parte justamente para esclarecer.

Presidente Ver. GLAUCO: E por isso agradeço as palavras, daí se conclui a importância da audiência pública, porque ninguém aqui sabia disso, então obrigado pela informação.

Edmo: É nesse sentido que eu sugiro que a gente, desde o início do processo como é direito difuso, a sociedade seja ouvida, e

não foi ouvido, esse é o ponto que eu insisto, a sociedade não foi ouvida; Eu sou parte integrante do processo e não fui ouvido, no processo, na instrução do processo, na elaboração do processo submetido ao CONDEPHAAT e que passou por votação nós não constamos e nós fazemos parte dele, nós não fomos ouvidos, nós sequer somos considerados, esse é o ponto. Só insisto apenas nisso, se está na legislação ou não, estou apenas estou retomando a palavra porque foi colocada contrariedade à minha sugestão...se a legislação permite ou não, por isso que no início quando eu sugeri isso, eu citei os advogados, aí eu insisto mais uma vez, Senhor Presidente...Falando em Audiência Pública, não teve audiência pública, a sociedade não foi ouvida, nós não participamos, esse é o ponto. Só isso, obrigado.

Presidente Ver. GLAUCO: Eu estou vendo aqui que os dois pontos-chaves são o aeroporto e a Ballagro, eu acho que aí que está enroscando, que todo mundo é favor do tombamento; Eu como mediador não deveria estar nem me intrometendo, mas sou cidadão também. Eu acho que as pessoas querem que a vila seja tombada, mas eu acredito que o aeroporto não tem porque, nem a Ballagro, mas acho que ainda está no tempo de conversar. Vamos agora dar a palavra à Dona Maria Margarida, por favor.

Margarida: Boa noite Senhores Vereadores, Prefeito, Autoridades, boa noite Presidente... Eu pedi para falar, para colocar algumas questões que eu considero importante. Primeiro Dr Luiz Henrique me permita discordar quanto à depreciação de imóvel tombado; Eu cheguei um pouco tarde por conta da chuva, mas as técnicas já devem ter informado que o fato de o imóvel ser tombado não impede o uso da propriedade, a pessoa não vai deixar de ser proprietário, é por isso e uma série de questões que você já deve ter explicado. Uma vivência que eu tenho, eu me esqueci de falar um pouco da minha atividade, eu sou daqui de Piracaia, fiz esse transcurso Piracaia São Paulo semanalmente, quase 40 anos ou até em torno disso, por questões de ordem familiar, morando lá e tenho família aqui, e voltei a residir aqui por volta de 2006; Chegando aqui tentei advogar, mas aqui na área que eu pretendia acabou não dando certo, e a gente acabou iniciando uma atividade turística. E foi através dessa atividade que eu comecei a perceber o potencial de Piracaia, e o que Piracaia tem para oferecer. A gente que nasceu, e se criou aqui, a gente não sabe avaliar esse valor, e outra coisa que eu notei após 2006, é que nós vivemos remando contra a nossa vocação natural... Nós somos uma APA, nós temos por vocação fornecer ar e água para as grandes populações, bens sem os quais população nenhuma sobrevive; Nós não soubemos cobrar isso de Sabesp do órgão que representa, e nós pedimos indústria para que a gente tenha emprego aqui. Tem indústria, como a do Senhor que tenho hoje o maior prazer de conhecer pela atividade que o Senhor desenvolve que são perfeitamente compatíveis e adequadas e necessárias. No entanto, tem outras que por mais que você queira implantar ou a CETESB vai impugnar, ou vai sair tão caro para pessoa que está investindo que ela vai buscar outro lugar para investir. Então, existe essa questão de ser APA. Outra coisa como eu sempre gostei de turismo, e sempre viajei e tudo mais, uma das observações que eu fiz ao longo da minha ida em uma ocasião visitando em Ouro Preto, é que um imóvel em Ouro Preto, que é uma cidade totalmente tombada, vale 3 vezes mais que o imóvel em Belo Horizonte, porque você aprendeu

a usar, é isso que nós temos aprender... Como é o uso que nós devemos fazer, e qual é o valor que nós vamos buscar para esse imóvel que é tombado; Se ele é tombado alguma característica especial ele tem, é isso que nós devemos buscar, porque é inegável a história Bata, o que a Bata construiu aqui, se tem esse tanto de pessoas que estão aqui é porque realmente isso é importante. Você morando, vivendo ou passando por lá, isso é um fato incontestável, mas eu acho que o que a gente não comentou ainda sobre a família Bata, é o perfil empreendedorismo, que é uma coisa que se fala hoje, que essa família trouxe. Então, você tem ali as moradias, você tem empresa, eu tenho impressão assim, que o fato de você ter uma área de fábrica, você tem uma região de moradia, não impacta e vai depender muito da forma que isso vai constar do edital que tem um público específico para isso; Numa das reuniões anteriores que eu estive presente, eu comentei para o grupo que eu recebi uma pessoa na cidade para verificar um imóvel que eu tinha a venda, aí eu perguntei para essa pessoa: "O que te trouxe aqui?" Era uma senhora design de calçados, eu não consegui encontra-la ainda, mas quem por acaso, ela é conhecida como Maria Sapateira, que é designer de calçados, é até bom falar em nome dela, quem sabe seja localizada... Foi justamente a história Bata, ela me disse que quem estuda design de calçados, estuda a família Bata, então foi essa questão Bata que a trouxe para Piracaia; Isso é uma coisa assim importante pontuar. Deixa-me ver se tem mais alguma coisa que eu gostaria de comentar, mas eu acho que o Prefeito e os Vereadores nós não podemos esquecer que o inventário turístico de Piracaia foi concluído há 15 dias, então eu posso dizer pela experiência e por que foi aprovado agora por documento que o que a gente não tinha há 10 anos em termos de registro e documento, nós temos hoje; E não é uma folhinha, não são cinco, ou dez folhinhas, são documentos de mais de 100 páginas. Isso prova o que?! Que está havendo investimento turístico, investimento na cultura, na minha hospedagem, eu já cumprimentei as funcionárias do Órgão por estarem aqui, por que se hoje a Praça do Rosário não existe mais foi porque vocês não tiveram aqui no momento certo não é?! E essas pessoas estão aqui buscando o que? Cultura imaterial, festa de São Gonçalo, festa das Nações Bonsucesso, o Bata que foi o caso da pessoa, então nós temos muito a oferecer... O que nós não podemos é através da nossa omissão, ou por conta de alguns meses, deixar de fazer o que já deveria ter sido feito há muito tempo. E uma pergunta que eu agradeço muito foi do Dr Edmilson, quanto ao patrimônio do Bata frente ao que os funcionários tem a receber, ou seja, com tombamentos ou sem tombamento, existe recurso suficiente para pagar seus credores. Então, não há razão assim para as pessoas serem contra; O que a gente precisa discutir aqui, é essa questão da viabilidade; Entra o aeroporto ou não entra? Entra a igreja ou não entra? Entra aquilo ou não entra? No caso do Senhor, tem impressão que o Senhor já fez a reforma que você precisaria fazer, a manutenção com proprietário com certeza o senhor fará, então tenho a impressão que o Senhor não vai ter que fazer mais investimento nenhum, ao contrário, cabe à Câmara Municipal e ao Poder Executivo elaborar um projeto de lei aprovando isenção tributária para quem investiu nesse tipo de imóvel. Eu vejo que existe uma grande preocupação em tomar ou não tomar sendo que nós estamos diante de um fato concreto que é uma realidade histórica que ultrapassa Piracaia e um espaço que não é tão grande frente à área que tem para ser utili-

zada, numa região de alto valor no Estado de São Paulo, a gente estava há menos de 100 km de São Paulo, de Campinas e São José, então com certeza na hora que for possível colocar isso em hasta pública vai passar, porque vai ter um valor real que vai ser suficiente para pagar todas as pessoas que têm crédito, e se sobrar alguma coisa vai para família Bata. Eu acho que o foco é esse, a gente tem que parar de remar contra a maré, como já foi dito aqui. Não adianta querer indústria, coisa que é incompatível com o perfil da região, nós temos que cobrar e vender o que é nosso patrimônio, o ar, a água, a cultura, as festividades todas, então nós temos muito a oferecer e nós devemos saber cobrar por isso sem, pelo amor de Deus, sem essa história de querer remar contra a maré. O Senhor investiu em um negócio certo, no lugar certo, eu já visitei a sua casa embora o senhor não saiba achei linda, ficou maravilhosa e não tem o que órgão nenhum cobrar do Senhor e nem o senhor deve se preocupar com tombamento porque o Senhor já fez a sua lição de casa sem ser cobrado, o que o Senhor tem que cobrar é dos políticos locais no sentido de pedir mais uma isenção pelos serviços que o Senhor já fez, outro exemplo na cidade é a Casa Viva. A Casa Viva que foi da família Gonçalves, a Andreia foi proprietária por mais de 100 anos. Aquela casa, a razão do tombamento frente aos outros imóveis na cidade, é que foi marcada e assinada pelo arquiteto Ramos de Azevedo, chegou um determinado ponto a família não teve condições de fazer a manutenção que eles gostariam, então venderam. Venderam o bem e os atuais proprietários reformaram muito bem, temos aí uma casa linda maravilhosa colaborando com a estética da cidade e a pessoa ganhando o que ela tem que ganhar. Então muito obrigada a todos, boa noite.

Presidente Ver. GLAUCO: Boa noite, muito obrigado. Sr. Wilson, ex-presidente da casa, irá fazer o uso da palavra, mais alguém gostaria de fazer o uso da palavra após ele?

Prefeito Silvino: Só para alertar eu estou vendo o seu Edmo, eu queria só passar aqui, de repente Sr. Edmo não tá conseguindo, ele tentou explicar várias vezes, mas só queria lembrar que 2012, até acho que a Lília lembra que participou quando a gente tava Vereador nessa casa, o Doutor Luiz Henrique, Glauco e todos que moram lá em Batatuba, Doutor Edmilson estava como Vereador, o seu Edmo apresentou aqui realmente que a casa do Bata ia cair, não existia mais a casa do Bata. Então até eu estou vendo o desespero do Sr. Edmo em uma questão de tombamento ou não e eu não sei se o CONDEPHAAT. Na verdade o que aconteceu, ele veio, a gente fez duas audiências, era complicado, os Vereadores aprovarem, muda plano diretor, a gente precisava acreditar nele porque ele só compraria a propriedade do Bata se a Câmara aprovasse o plano diretor que era mudança do raio, porque ele queria fazer uma fábrica, que não deixa mentir. Então a gente tinha que votar um projeto acreditando numa pessoa que a gente não conhecia tanto, que falava que iria investir em Batatuba, que ia trazer emprego, que ia trazer recursos para o município e a gente acreditou, e foi isso que aconteceu, passou o projeto e aconteceu. Fez toda a reforma gastou um dinheiro, eu tive a oportunidade de visitar e não seise o CONDEPHAAT entrou dentro lá no Casarão, e vocês vão ver lá que ele preservou. Eu queria deixar claro ao CONDEPHAAT que vai colocar, na hora de pensar, se ele fez tudo isso, se até o banheiro que o Bata tomava banho que tem lá e que vocês

vão acompanhar lá que ele preservou, é uma pessoa que vai preservar isso para o resto da vida. Então o CONDEPHAAT quando colocar, se pudesse ouvir, ver e apurar isso daí, porque tem todo uma história e ele apareceu aqui, e o povo de Batatuba que não deixa mentir, que realmente essa coisa do museu, ele ofereceu, eu até era vice-prefeito na época e agora quando ele falou do museu o único problema também logo quando eu ganhei a eleição anos atrás, eu fico atrás do Doutor Luiz Henrique, a gente só não consegue o museu porque a gente não consegue dar a área para ele, porque não tem a área, não é Dr. Luiz Henrique? E eu sei que se eu conseguir uma área ele vai fazer um museu. Então para o CONDEPHAAT ver isso daí com bastante carinho porque é um homem que acreditou e acredita na história do Bata, mas você tá vendo o desespero dessa pessoa. Não estou me comovendo como Gestor Público ou como Prefeito, de medo dele levar a indústria dele embora, a questão não é disso, é uma questão superimportante que você me leva a indústria embora é mais desemprego, entendeu? Mas não é nessa ameaça, não é questão dessa ameaça. A questão é de ver com os bons olhos e também não venho aqui colocar ele em glamour, mas é um homem que vem em 2012, a gente estava aqui, acreditou na cidade de Piracaia, investiu o dinheiro lá e a gente conseguiu mudar o plano diretor. Então tem uma pessoa que pensa muito na história do Bata, então se pudesse, na hora de colocar isso daí, eu queria que o CONDEPHAAT olhasse esse daí com muito carinho. Entendo que tem que preservar e que a gente já falou das casas, mas é essa explicação que eu queria fazer.

Rosane CONDEPHAAT: Com certeza tudo está sendo observado com muito carinho desde que a abertura do estudo preliminar foi iniciada, já viemos várias vezes para Batatuba. Tentamos contato com o senhor várias vezes, seu funcionário Ednaldo e sua funcionária Graça são testemunhas disso. Tentamos vários contatos com várias partes diferentes. Quando conheci o Doutor Bata no dia da votação da abertura do estudo tombamento, fiquei imensamente feliz por poder receber no nosso local de trabalho uma pessoa de uma família que toda a área técnica passou a admirar tanto, que é a sua. Estamos muito felizes com sua presença mesmo o senhor manifestando suas considerações em respeito ao tombamento. Nossa intenção sempre foi costurar isso coletivamente, eu estou aqui pela terceira vez essa semana e com 8 meses de gestação, se e permite falar, e trabalhando incansavelmente. Nosso prazo é de entregar em 3 meses, da mesma forma que o estudo preliminar foi entregue em um mês e ele foi entregue em um mês, e não feito de uma forma abreviada curta ou descuidada, qualquer cidadão pode solicitar vistas ao processo e ver todo o cuidado que envolveu a elaboração de cada frase desse documento que foi elaborado pela área técnica. Então eu reafirmo mais uma vez o nosso compromisso dos três meses, o senhor disse que era humanamente impossível, mas tendo em vista a nossa atuação, pelo menos em relação ao estudo preliminar, acreditamos ser bastante possível graças ao nosso empenho e a nossa tentativa e também o nosso desejo de fazer uma costura com vocês, esse é o motivo da nossa participação aqui.

Presidente Ver. GLAUCO: A palavra agora é do ex-presidente da casa, Wilson Rodoviário.

Wilson: Boa noite a todos. Quero nesse momento agradecer ao presidente dessa casa, o Vereador Glaucio Godoy, agradecer ao Prefeito Silvino Cinta, agradecer ao vice-presidente desta Casa Alberto, ao Vereador Maurício, ao ex-vereador Luiz Henrique, ao ex-vereador Edmilson, agradecer aos funcionários dessa Casa agradecer a presença do meu amigo e empresário Edmo, agradecer a presença dos representantes do CONDEPHAAT, agradecer ao público presente. Meu nome é Wilson Teixeira, conhecido como o Wilson Rodoviário, quero iniciar aqui a minha fala dizendo que tenho absoluta certeza que eu vou sair desse lugar e ninguém vai dizer para mim que eu não devo preservar as coisas antigas, porque eu sei dessas obrigações que nós temos que realmente exercer. Mas eu vi uma questão a ser debatida, primeiro que estão abertos ao diálogo, já começa, com todo respeito e com a devida vênua, com a falta de educação em que você vem aqui à frente para falar e não consegue falar, e você fica aqui em pé aguardando o momento da sua fala. Eu como um mero mortal aqui nessa cidade, eu ouvi coisas aqui hoje que eu fiquei abismado, se a pessoa não quiser investir aqui ela vai investir em outro lugar. Todos os dias são dezenas de pessoas que batem a minha porta pedindo emprego, mas eles me pedem um emprego, sabe para que? É para comprar o arroz e o feijão, eles me pedem emprego porque eles não conseguem pagar um aluguel, e aí hoje eu hoje aqui ouvir que se não quiserem fazer empresa, se não quiserem fazer indústria, que vá para outro lugar. Que linha de raciocínio é essa? Penso eu que não se respeita o cidadão que hoje está necessitado, as pessoas que precisam se alimentar, é muito fácil quando a pessoa fala “olha eu estou aqui no exercício do cumprimento do meu dever legal como funcionário público”, ótimo. Quem é que paga o salário do funcionário público? Eu ouvi tantas coisas aqui hoje, e aí eu estou vendo aqui o empresário dizer: “vamos ouvir a população, porque a população não foi ouvida”. Ninguém é contra, nós vamos para Paraty, a gente verifica aquela Vila Antiga, é maravilhosa, mas a população aqui não foi ouvida, ninguém ouviu a população, simplesmente chegou lá e falou “é isso”. Porque que eu digo isso claramente? Porque eu, como um dos investidores nessa cidade, fui convidado a participar de um consórcio de grandes empresários, inclusive empresários da África do Sul e do Uruguai, que me convidaram para participar do consórcio para que nós pudéssemos participar do leilão da Massa Falida, e para que a gente realmente pudesse trazer o desenvolvimento aqui para a cidade, para suprir a necessidade das famílias que estão aqui, porque a cidade de Piracaia cresceu, as pessoas não têm emprego, as pessoas entram dentro de um ônibus aqui e vão lá para Extrema, umas 5 horas da manhã ou 4 horas da manhã, não tem ninguém aqui, nem do CONDEPHAAT, nem de “não sei de onde” para ver essas pessoas pegando o ônibus e indo lá para Extrema em busca de um emprego. Então dizer que essas empresas estão certas de ir para lá, e que os seus filhos e os seus netos vão querer morar nessa cidade, elas vão sobreviver do que? Então precisa respeitar um pouco mais o empresário também, porque nós queremos respeitar a questão do patrimônio histórico, artístico e cultural, e sem dúvida eu quero que os meus filhos conheçam tantos lugares maravilhosos que são preservados, sem dúvida nenhuma. Eu só não quero que os meus filhos, já me manifesto aqui, que não seja preservado, pelo amor de Deus, onde eu nasci na Vila Brasilândia, Zona Norte, porque era de um jeito e agora já tá de outro. Não preser-

va lá não porque lá o negócio é feio. Agora, nós estamos no eixo viário, alguém aqui é empresário e sabe o que eu estou falando, do que é um eixo viário interligando Piracaia à uma das maiores rodovias do Brasil, que se interliga com outras grandes rodovias, Rodovia Presidente Dutra, da Fernão Dias e da Anhangueira, interligando aos maiores aeroportos, como em São José dos Campos, como Guarulhos e Indaiatuba. Vamos fazer uma conta básica, eu prefiro montar minha empresa em Bom Jesus dos Perdões do que montar em Piracaia, sabe por quê? É porque um caminhão que esteja lá tem que vir para Piracaia, ele percorre 20 km para ir e 20 km para voltar, são 40 km e um caminhão. Em 5 dias na semana ele percorre 200 km a mais, mas no mês um caminhão são 800 km a mais, mas as pessoas não sabem o que é o pneu, combustível, diesel e a hora, porque quanto tempo você gasta com o motorista vindo de lá para cá em 40 Km? Você gasta numa média de 20 minutos, 20 minutos para ir e 20 para voltar, ou seja, 40 minutos, é quase uma hora que o empresário tem que pagar para que a pessoa se desloque de lá para cá, mas ninguém faz essa conta sabe por quê? Porque são funcionários Públicos, porque não são empresários, porque não sabem o que é desenvolvimento, o que é necessidade para a população. As pessoas não sabem fazer essa conta porque eu estou falando de um caminhão, e se eu tivesse uma frota de 50 caminhões, qual é o custo disso para uma empresa? Quantas pessoas nós poderíamos empregar aqui? Então as pessoas não sabem o que estão fazendo. Eu não sou contra ao tombamento, parablenho até o Edmo por ter feito aquela preservação que eu tive o privilégio de conhecer, tudo o que você fez e como foi bem falado aqui, que você fez o dever de casa. Eu fico orgulhoso de conhecer pessoas como você, eu peço a Deus todos os dias que nos dê saúde, saúde para cada empresário dessa cidade, e que mantenha os empregos, porque a quantidade de famílias que precisam se alimentar, precisam comer por causa desses empregos que são gerados aqui no Município, e que hoje não existem, hoje eles vão lá para Extrema. Então eu aqui como cidadão, como um mero mortal e pagador de impostos, eu aproveito o ensejo e a oportunidade diante das autoridades municipais do prefeito, do presidente da câmara, do vice-presidente e do vereador, que vocês chamem a população para ser ouvida, marquem uma reunião com o governador do Estado de São Paulo independente se tem um órgão criterioso e específico para realizar o trabalho. Ninguém está questionando o mérito e a competência dessas pessoas, mas precisa ouvir a população, qual é a necessidade da população, porque nós moramos aqui, nós sabemos a necessidade da população e o que a população precisa. Se vocês me permitem eu vou ler aqui rapidamente, porque eu acho que é do conhecimento de todos que o artigo 19 do Decreto 25 diz que o proprietário de coisa tombada que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação o que vai acontecer com ele, alguém já sabe? No Artigo 18 sem prévia autorização do serviço Patrimônio Histórico você não poderá na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que impeça ou reduza a visibilidade. Como que eu vou fazer um investimento e adquirir uma área onde eu não posso tirar a visibilidade, onde eu não posso fazer uma movimentação? Isso é literalmente um absurdo, porque estão levando em conta simplesmente as famílias que moram ali, que aqui, de antemão, já quero dedicar o meu respeito porque eu tenho dignidade em ver cada pessoa ali morando bem, porque não é mérito nenhum uma pessoa morar numa casa que real-

mente se der uma chuva de vento vai cair mais água dentro do que fora. Que a prefeitura busque recursos com o Governador do Estado de São Paulo para fazer casas melhores para que sejam desapropriadas. O nobre amigo Edmilson até deu uma ideia que eu até comecei a pensar rapidamente e falei “Poxa é muito bacana”, porque ele falou que vamos arrumar uma solução e eu comecei a pensar, porque eu falei eu preciso literalmente compartilhar de uma ideia bacana. Vamos fazer o seguinte então, vamos fazer melhor, pega a coisa tombada, desapropria e fica lá para o Governo do Estado de São Paulo, manda o Governo assumir a coisa tombada, tirar as restrições da área que vai a leilão, que nós vamos participar desse leilão, mas tira essa coisa tombada lá do meio e separa uma área, desapropria uma área de Batatuba e construa casas boas, com dignidade, para que essas pessoas que moraram a vida inteira lá, que tem uma história lá, mas que os filhos delas também tenham dignidade, porque hoje elas brigam por aquilo, mas amanhã os filhos não vão querer morar lá. Eu estou falando isso porque muitas pessoas me procuraram e falaram assim: “Viu, se eu sair de lá eu vou pagar o aluguel quanto? Quanto que eu vou pagar o aluguel fora?”. Sabe, não é meu aquilo, não me pertence e eu acredito também sem dúvida nenhuma que os direitos dos funcionários da Bata devem ser preservados e acabou, é prioridade pagar o salário, os que estão devendo, e que dê para comprar uma mansão, que bom, que pague com juros e correções monetárias. Agora, não se pode querer travar o desenvolvimento da cidade e vim aqui dizer que isso não vai travar o desenvolvimento, se falar para mim que não vai travar o desenvolvimento então você mostre para mim o que você tem de empresa, o que você tem de conhecimento administrativo e o que você tem de conhecimento de sistema rodoviário para você fazer um tombamento às margens de uma rodovia. Isso é impróprio gente, as pessoas querem comida, as pessoas querem se alimentar, as pessoas precisam de emprego e as pessoas querem emprego, é isso que elas querem. Querem fazer um tombamento? Então tombe lá, arruma duas casas melhorzinhas ou três casas melhorzinhas lá e tomba, o restante eu vou falar a verdade para você, nas condições que está é na lata, viu? É tombar de vez mesmo, derrubar tudo. Porque chove mais dentro do que fora, pelo amor de Deus, eu estou falando entendeu? Então o que acontece aqui é isso, justamente isso, porque ouviram um lado e não ouviram o outro. Eu não moro lá em Batatuba, mas acho que Batatuba é um dos melhores locais para que se possa se desenvolver, para que se possa gerar emprego, para que a sociedade de Piracaia tenha subsistência, para que se possa ter um PIB melhor dentro desse município, para que a economia do município possa realmente melhorar, para que a gente tenha um giro como houve na época da Le Cheval, é isso. Edmo, eu peço a Deus pela sua vida e que ele te dê sabedoria e que te dê paz em cada noite para que você não leve a sua empresa embora, tem pessoas que precisam do seu emprego, como outros empresários que estão indo embora, eu peço a Deus que te dê sabedoria, te dê essa paz no coração e eu não tenho a minha empresa em Batatuba, mas eu vejo aquilo como uma área de crescimento, sempre Almejei que aquilo que possa crescer porque não dá para crescer no bairro do Pião, não dá para uma empresa ir lá e montar no bairro do Pião “há, quem quiser investir vai mexer lá no bairro do Pião”, aonde Jesus? Aonde nós estamos vivendo? Então é muito fácil para as pessoas que não precisam de emprego, agora as pessoas que preci-

sam de emprego, que precisam de um salário, que precisam colocar o alimento dentro de casa, que precisa cobrar do Prefeito que não tem médico, que não tem posto de saúde, que não tem isso e que não tem aquilo, mas por quê? Porque não tem receita. Sabe o que é isso Edmo? É crescimento desorganizado, é um crescimento aonde as pessoas vão chegando, elas vão se acomodando e aí acha que o IPTU, nobre Prefeito, acha que o IPTU paga tudo. O IPTU paga, Prefeito, essas despesas? O IPTU de uma casa consegue pagar o médico, o dentista, os exames que tem que ser feitos, a escola e a educação, porque a primeira coisa que a pessoa bate no peito, ela fala assim “Eu pago meus impostos, aqui ó o meu carnê de IPTU”, mas não sabe e não conhece de administração pública para saber o que gera hoje a fonte de renda de uma de uma administração pública são as empresas, são os pagamentos de ISSQN, são as verbas que vem dos IPVA dos veículos, os imposto sobre serviço. Então eu sou um mero mortal, eu volto a dizer, não vou sair daqui e ninguém vai me dizer que eu não devo preservar um patrimônio histórico porque eu tenho essa consciência que se deve preservar um patrimônio histórico quando eles são viáveis e quando eles são solicitados na democracia em que vivemos pela maioria, e a maioria é a população. Se a população decidir pelo tombamento, que seja tombado e aí que as outras empresas que vá buscar o seu espaço em outro lugar, a empresa vai para onde ela quiser, mas ouça a população, porque as pessoas não podem chegar aqui e querer mandar e dizer que vai ser assim e acabou, sabe por quê? Porque se nós ficarmos quietos quem vai se prejudicar serão as famílias de bem, as famílias que precisam de emprego, que precisam de arroz e feijão para comer, então é isso que eu vim falar aqui e quero que todos entendam a minha fala. A minha fala é uma fala meio alta, às vezes ela tem um tom, mas não é nada de agressividade, é que eu sou meio firme e forte e é na lata. Então quero dizer para vocês, esse é o meu ponto de vista a preservação sim do patrimônio histórico, mas antes de tudo quero agradecer a oportunidade da palavra, que realmente nós temos que pensar nessas famílias e nas empresas, então que o Prefeito e o Presidente desta casa de leis possam solicitar uma reunião com o Governador do Estado de São Paulo, já vamos falar com o dono da casa lá em cima, vamos lá falar com ele lá em cima, falar: “Olha a situação é essa”. Eu acredito que o João Dória como empresário, e faço o convite para ele vir aqui, para ele conhecer, para ele conhecer inclusive a história do Bata. Achei uma coisa muito bacana aqui, se me permite falar rapidamente só para finalizar, do galpão ser tombado sim, e além de ser tombado, mas antes de ser tombado desapropriado como parte do município, e coloca lá um galpão para que possa fazer a venda de verduras das pessoas que produzem ali, dos produtores. Vamos fazer um Ceasa ali, pegar um morango de Atibaia, trazer a mercadoria para cá, vamos movimentar isso daí. Vamos colocar um posto de gasolina lá em Batatuba para o pessoal não ficar gastando gasolina para vir para cá. Vamos movimentar, vamos movimentar, colocar um mercadão Municipal, poxa, aquilo ali é fantástico. Eu vejo aquilo ali como Mercadão Municipal coisa fantástica, mas agora o que não pode é querer repassar uma responsabilidade para quem vai comprar, isso é absurdo. Se você quer passar a responsabilidade então faz o seguinte, com a devida a venia, participa do leilão, compra e toma conta e cuida do patrimônio porque o Governo do Estado não vai dar dinheiro para você fazer manutenção, isso daí não. Muito obri-

gado, boa noite a todos, Wilson Rodoviário na lata para vocês aí.

Luiz Henrique: Presidente?

Presidente Ver. GLAUCO: Pois não?

Luiz Henrique: Gostaria de acrescentar o seguinte, eu gostaria de ratificar a fala, em primeiro lugar, do Sr. Artêmio. Uma visão bastante de empreendedor, de empresário, no sentido que a cidade não tem como crescer do lado de cá, uma vez que o Governo já chegou aqui na década de 60 e acabou com toda nossa bacia produtiva na época que é o bairro da Cachoeira cima, que era altamente produtivo na área de Agropecuária. Então a saída do município, como bem disse o Sr. Artêmio, e também ratificada pelo Sr. Wilson, é sim um desenvolvimento do município no bairro de Batatuba e realmente procede sim a fala do Senhor Wilson no sentido de que ele já foi procurado por empresários da África do Sul e de outros países, para formar um consórcio para concorrer nesse leilão pelo seguinte, nos últimos anos, com a proximidade do leilão, eu como síndico, fui procurado também por vários empresários, corretores de imóveis, representantes de empresários, inclusive de um grupo de TelAviv em Israel, que já havia sobrevoado a área, demonstraram bastante interesse na área e depois pediram autorização para caminhar pela área, percorrer a área a pé e designei um funcionário para acompanhar esse grupo de Israel e eles realmente estão interessados na área. Só que há um impeditivo legal, que eles não podem comprar ali sem concorrer no leilão. Então, acredito que esse grupo, assim como outros grupos empresariais, estão aguardando o leilão. Inclusive já fui procurado também por um assessor chefe de gabinete do Senhor Paulo Skaf, Presidente da FIESP, demonstrando interesse da FIESP também na área. Então o desenvolvimento de Piracaia, Senhor Presidente, senhoras e senhores, é a região de Batatuba e o povo realmente precisa, como bem disse o seu Wilson, de emprego, não somos contra tombamento desde que cause o menor impacto possível na realização deste leilão, Piracaia precisa sim, e repito e faço minhas palavras as do Sr. Artemio e do Sr. Wilson, que haja um desenvolvimento pleno com a implantação de indústrias, desenvolvimento sim naquela área, em razão de sua logística plena que são poucos quilômetros dos três aeroportos citados pelo Wilson, nesse eixo Campinas e São Paulo, as rodovias etc. Inclusive esse grupo de Israel tem interesse na área em razão principalmente também da proximidade com o porto de São Sebastião, então realmente eu gostaria de ratificar o posicionamento prestado e as palavras que foram ditas pelo seu pelo Sr. Artemio e pelo seu Wilson.

Débora CONDEPHAAT: Boa noite mais uma vez, eu prometo ser rápida porque já são 22:40 e eu acredito que todos estão cansados e amanhã é dia de trabalho para todos. E trabalho foi uma coisa que foi muito falada hoje aqui e eu vou ser bastante rápida porque se tem algo que eu gosto do trabalho no serviço público é sempre a oportunidade de aproximar o trabalho que nós fazemos dentro da unidade de preservação do patrimônio histórico da população, que é quem é o beneficiário das ações que a gente desenvolve no âmbito da secretaria de um modo geral. Então para mim é sempre um prazer estar presente nos municípios, justamente para poder ouvir as demandas das pes-

soas mais de perto e conhecer a realidade. E hoje essa audiência pública permitiu que nós, enquanto técnicas que estamos instruindo o processo de tombamento que ainda está em andamento, que fique bastante claro, mais uma vez vou ressaltar que não existe nenhuma decisão definitiva, podemos ouvir várias perspectivas distintas e a gente também pode esclarecer algumas coisas. E com o objetivo justamente de esclarecer alguns pontos, acho que o mais importante aqui nessa noite talvez seja desmistificar algumas falas. Então eu esperei justamente para falar ao final, justamente para ouvir quais seriam os pontos que talvez precisassem de esclarecimento para poder trazer isso para a população de um modo geral. Então a primeira questão que eu gostaria de trazer aqui a todos, a Rosane já esclareceu, por exemplo, que a nossa área técnica é chamada UPPH, que é unidade de preservação do patrimônio histórico e que não somos nós que tomamos decisões sobre tombamento, o que nós fazemos apenas são pareceres técnicos, ou seja, nós fazemos relatórios que servem de base para que uma decisão seja tomada por um conselho de representantes nomeados pelo Governador do Estado. Então, portanto, não existe, qualquer que seja a decisão, seja pelo tombamento ou seja pelo arquivamento, ela sempre se pauta naquilo que nós escrevemos durante o estudo que essa fase que se encontra o processo agora e não necessariamente o conselho acata as sugestões que nós apresentamos. Por que nós estamos apresentando um parecer favorável à preservação? Não é porque nós entendemos que o direito dos moradores de Batatuba e a memória daqueles indivíduos precisam ser preservados, a gente entende que a história de Batatuba está ligada à história do Estado de São Paulo, a Bata está ligada ao desenvolvimento econômico dessa região. Portanto, se Piracaia tem importância para a história, essa importância passa pela história da Batatuba. É indissociável isso, a gente não consegue separar as coisas, certo? Então não estamos aqui pautando tudo pelo interesse individual de ninguém nem nosso e nem dos moradores de Batatuba, acontece que o que a gente enxerga os moradores de lá talvez enxerguem mais do que as pessoas que não moram lá. E qual é o nosso trabalho? Nosso trabalho é dizer por que Batatuba é tão importante para essas pessoas e por que todo o Estado deve entender que é importante para o Estado de São Paulo e não só para essas pessoas que moram lá. Até porque o tombamento não garante a permanência deles lá, inclusive se o tombamento ocorrer e as casas forem tombadas eles não têm garantia de permanência naquelas residências, a propriedade não é deles, o tombamento não desapropria, a desapropriação é sempre uma decisão do Poder Executivo, ou seja, é do Prefeito e do Governador, ou é do Presidente quando existe interesse Público em alguma área. Portanto, não existe nenhum tipo de afetação sobre a propriedade da área com relação ao tombamento, é por isso, por exemplo, que Rosane disse que Edmo e a nossa atuação do CONDEPHAAT é tão próxima, porque o Senhor Edmo, mesmo sem ter um edifício preservado já reconhecido como Patrimônio Histórico, reconheceu que existia um valor naquele local e por si próprio decidiu preservar, e essa a obrigação é a que ele vai continuar tendo caso ocorra o tombamento. Não existe nenhum tipo de incompatibilidade com atividades econômicas em edifícios tombados, então eu vou trazer um exemplo bastante expressivo para vocês. Todo mundo conhece a marca de pneus Goodyear, é uma multinacional, não é uma empresa Nacional. A Goodyear está instalada desde a década

de 50 numa fábrica que se chama Maria Zélia. Foi uma tecelagem durante os anos 20 até os anos 40 que faliu, tal como a Bata, era uma tecelagem. A Goodyear foi desapropriada por conta de direitos trabalhistas junto ao INSS, a Goodyear arrematou esse edifício e instalou a sua fábrica de pneus que se chama Titan, que é uma segunda linha da Goodyear nesta fábrica. Essa fábrica fica na cidade de São Paulo, no bairro do Belenzinho ao lado da Marginal do Rio Tietê. Então a gente tá falando da maior cidade da América Latina, de uma fábrica que está instalada num edifício que foi tombado na década de 80, que está em plena atividade ao lado de um dos maiores eixos viários da cidade de São Paulo que conecta não só a cidade, mas a grande São Paulo aos outros Estados. Portanto, eu não vejo qual é o receio de uma incompatibilidade do tombamento de 60 casas e alguns galpões dentro de uma área que tem 189 alqueires. Eu não vejo qual é a incompatibilidade, a gente viu tantas informações aqui, tantas ideias para aquele lugar que não precisam passar necessariamente por uma desapropriação. Se existem tantos investidores estrangeiros inclusive interessados, por que não compatibilizar o desenvolvimento com a preservação que é plenamente possível? Todas essas ideias foram apresentadas e se inserem dentro da nova forma de enxergar o mercado e os negócios, por isso que a nossa secretaria hoje chama, por exemplo, Secretaria de Cultura e Economia Criativa, porque por meio da cultura é possível a gente desenvolver emprego, é possível desenvolver a arrecadação de impostos. Eu discordo, aliás, é o desconhecimento talvez da legislação acerca do patrimônio, e a gente tem tentado no nosso trabalho justamente trazer a informação para as pessoas, para que as pessoas saibam o que significa tomar, o que significa preservação e quais são as decorrências disso. Então, O senhor... Desculpa, eu esqueci o nome dele, que antecedeu aqui, falou sobre o decreto-lei nº 25/1937 que na verdade rege o serviço de Patrimônio Federal, não Estadual, o Estadual tem regras mais atualizadas. Ele falou, por exemplo, da proteção de área envoltória, que é o que ele falou da Preservação de um raio de 300 m de visibilidade. Desde 2003 o Estado de São Paulo não trabalha mais com essa legislação, desde 2003 é a partir do estudo individualizado de cada um dos bens que são valorados e que você especifica se vai haver área envoltória ou não, e nesse caso nós temos uma área envoltória bastante irrelevante que foi marcada dentro daquele mapa e que não vai trazer nenhum prejuízo para qualquer tipo de atividade econômica, não vai trazer nenhum prejuízo para os moradores, não vai trazer nenhum prejuízo para quem pretende investir naquela área que a gente entende que deve sim servir para atividade econômica do município de Piracaia. Então, minha fala aqui é mais para dizer que, na verdade, o tombamento só não interessa para quem não tem criatividade, porque é possível a gente compatibilizar, o Sr. Paulo demonstrou isso aqui com a fala dele, trazendo varias possibilidades. Quando o Dr. Bata, por exemplo, citou SECOVI (o SECOVI é sindicato dos construtores de imóveis do Estado de São Paulo e em outras representações no país). É claro que para o SECOVI, e eu não estou aqui fazendo um julgamento de valor, eu estou apenas demonstrando para vocês quem é que fala, é importante a gente saber de onde essa pessoa fala, mas quando o Presidente do SECOVI fala que o tombamento traz uma desvalorização, é porque o SECOVI trabalha com investimento imobiliário. Então o que acontece, aqui em Piracaia isso talvez não seja uma dinâmica tão relevante,

porque o município não tem o porte de uma cidade grande, mas numa cidade como São Paulo você fazer um tombamento de um imóvel, por exemplo, no bairro valorizado significa que aquele imóvel não vai poder ser demolido e dar um lugar a um prédio. Então é claro que para o Presidente do SECOVI o tombamento representa uma desvalorização, porque aquele proprietário não vai poder vender o seu terreno para construir um edifício no lugar, mas ainda assim existe um equívoco, porque hoje dentro do Município de São Paulo, a partir do plano diretor de 2016, foi instituído um instrumento jurídico que se chama a Transferência do Direito de Construir, e o que significa isso? É o plano diretor, portanto está na mão dos Municípios e do Legislativo resolver, por exemplo, que o senhor Edmo falou aqui que ele reformou a casa e não teve nenhum tipo de incentivo fiscal, isso cabe aos legislativos resolver, não ao CONDEPHAAT. O CONDEPHAAT é um Órgão Executivo, é o que faz. Quem tem que resolver as questões decorrentes da Preservação é o Poder Legislativo, então a Assembleia Legislativa, no caso do Governo do Estado, e no caso do Município as Câmaras. O que é a transferência do Direito de Construir? Significa que quando um proprietário tem o seu imóvel tombado, você vê lá na Legislação Urbana quanto que poderia ser construído naquele terreno caso pudesse ser demolida a casa. Então vamos supor que um terreno tem mil metros e, dentro da Legislação Urbana, esse terreno, se pudesse ser demolida a casa, poderia construir 4 mil metros, ou seja, poderia construir quatro vezes mais. O que acontece é que essa transferência significa que o Município entende que o proprietário não pode vender aquele imóvel, quer dizer, ele pode vender, mas ele não vai poder vender para que o imóvel seja demolido, ele pode transferir o direito que ele tenha adquirido de construir, ou seja, aqueles quatro mil metros que ele vai deixar de construir porque o imóvel não pode ser demolido, ele pode vender para outra pessoa que pode ser um incorporador imobiliário que vai construir um prédio e essa pessoa pode aplicar em outro lugar do Município, de acordo com a Legislação. Portanto, também não é verdade dizer que só recai ônus sobre os proprietários, é fato que a Legislação ainda é falha e a gente dentro do CONDEPHAAT tem trabalhado para apresentar projetos de lei e que sejam melhores, que tragam mais benefícios aos proprietários, mas hoje já existe essa possibilidade, e basta o interesse das Câmaras Legislativas de fazerem isso acontecer. Portanto, eu acho que para encerrar, como bem disse a Rosane, nós lá no CONDEPHAAT, dentro do serviço público, nos pautamos pela legalidade, isso é um princípio que está expresso na Constituição Federal no seu artigo 37, nós não fazemos nada absolutamente de ilegal. Se alguém entende que algo que foi feito pelo CONDEPHAAT ou por qualquer outro servidor público no desempenho de sua função feriu a legalidade é obrigação dessa pessoa apresentar um recurso, uma denúncia que seja. Portanto, eu tenho absoluta tranquilidade, eu trabalho há mais de 20 anos no serviço público, já trabalhei em outro setor que não no Executivo, mas já trabalhei e eu nunca tive nenhum tipo de problema, nenhum processo administrativo, nenhum processo Cível e nenhum processo criminal, porque meu trabalho é pautado pela legalidade e eu tenho absoluta convicção de que tudo que está sendo realizado sobre Batatuba está sendo pautado pela legalidade. E como eu afirmei, eu reitro aqui, todos são passíveis de se manifestar dentro do processo conforme rege a lei, por meio de um documento escrito com

identificação. É assim, nós vamos receber e nós vamos ler. Nós estamos aqui, são quase 23 horas da noite e nós estamos aqui, nós fomos convidadas, não fomos convocados, então nós estamos aqui mostrando as faces do que é o serviço público, é a nossa obrigação, mas nós estamos aqui quando muitas outras pessoas talvez não estivessem. Portanto, nós também estamos com as portas abertas lá na nossa sede na Rua Mauá 51, e nós estamos aqui no Município, estivemos em Batatuba hoje fazendo história, alguns colegas conversaram com moradores, eu tive na verdade fazendo fotografia de máquinas, tudo dentro da legalidade, tudo dentro daquilo que reza o processo administrativo. Eu estou à disposição, a nossa coordenação da UPPH também está à disposição, e é do nosso maior interesse que a construção da solução tem que passar pela preservação, e nós estamos disponíveis para qualquer tipo de manifestação, ainda que contrária àquilo que a gente entende que é o melhor, mas é assim que se constrói, isso é o processo democrático e o processo democrático respeita as instituições, e nós aqui respeitamos a todos igualmente, independente de ser autoridade ou não, todos aqui são iguais para a gente, e a gente vai acatar todas as sugestões, vamos ouvir todas as sugestões e acatar aquelas que a gente entende que, a partir do conhecimento, que estão sendo construídas, e não da nossa opinião, existe uma diferença entre opinião e conhecimento. Nós vamos ouvir essas sugestões que foram apresentadas aqui e vão ser consideradas no nosso estudo final. Agradeço muito a oportunidade, desculpa ter me estendido. Boa noite a todos.

Presidente Ver. GLAUCO: Edmo.

Debora CONDEPHAAT: Por isso mesmo que eu disse que é um dos princípios da administração pública, e por isso que eu disse que nós estamos agindo com a impessoalidade, levando em consideração o que todo mundo tá dizendo. Eu agradeço por você ter lido artigo 37 e ter difundido para todo mundo. Boa noite.

Presidente Ver. GLAUCO: A palavra continua aberta, alguém que fazer o uso?

Dr. Bata: Eu só queria, novamente bem rápido pessoal, até vou pedir também, eu sei que está encerrando, eu vou voltar para São Paulo, então se continuar vou ter que me ausentar, mas bem rapidamente, duas informações só que eu queria que os que estão aqui presentes tenham ciência. Número 1, o SECOVI foi uma das falas que eu disse, a segunda foi o Presidente do CONDEPHAAT dizendo que o tombamento provoca a desvalorização sim. A segunda fala que eu preciso dizer, quando vocês estão aqui com todo respeito, eu escutei muita fantasia Sr. Presidente, que tudo funciona rápido e que tudo é muito bom, eu vou te dizer a minha experiência com o CONDEPHAAT nesses últimos dias, depois que eu fui lá e tentei cópia do processo, eu coloquei dois estagiários do meu escritório ligando o dia inteiro pro CONDEPHAAT, pela manhã e pela tarde. Sabe quantas vezes eu fui atendido? Nenhuma! Eu mandei, e aí fica o disse que me disse, “aí eu mando com provas”. Eu mandei um e-mail para o CONDEPHAAT e sabe quantos dias demoraram para responder o meu e-mail? 15 dias. Sabe o que eu fiz no CONDEPHAAT durante toda a manhã em que eu estive lá presente? Eu

fiquei escutando os conselheiros discutindo multas que seriam impostas contra as pessoas que desobedeceram às proibições impostas pelo CONDEPHAAT. Então assim, não vamos pensar em fantasias, essa é a realidade e é isso que nós enfrentamos na prática. Obrigado!

Debora CONDEPHAAT: Para complementar eu gostaria de dizer, eu não sei qual foi, mas nós atendemos 645 Municípios, então talvez seja difícil atender o seu e-mail imediatamente, mas nós temos outros 645 municípios para atender, além de outros proprietários também, mas o senhor foi respondido. Com relação à aplicação de multa, ela só ocorre quando a gente comete uma infração, então isso também tá dentro do processo legal, não existe nenhuma ilegalidade naquilo você tá dizendo. O conselho também delibera sobre, infelizmente, infrações de pessoas que muitas vezes até acabam demolindo imóveis inadvertidamente e ilegalmente. Então não vejo nenhum problema e como você disse, de fato o Presidente falou isso, e eu discordo dele e ele penas proferiu a opinião pessoal dele como qualquer um pode apresentar, é isso.

Presidente Ver. GLAUCO: Sr. Edmo.

Edmo: Por favor, uma pergunta que gostaria de fazer a respeito da sua fala Débora, quando você fala que não há incompatibilidade econômica com o imóvel tombado. Muito bem, eu apresentei várias justificativas aqui que nos torna inviável a utilização do Casarão, antiga residência do Sr. Jan Antonin Bata, pela Ballagro. Na sua interpretação e na sua avaliação, ao Casarão também se aplica essa máxima?

Débora CONDEPHAAT: O Sr. me desculpa, eu não me lembro exatamente quais foram todas as informações que o Sr. apresentou.

Edmo: A todos eles ou então eu lamento que a senhora não tenha prestado atenção, por que para mim é importantíssimo e vocês estão aqui para nos ouvir inclusive.

Débora CONDEPHAAT: Foram muitas falas... Pois não? Eu estou ouvindo, estou pedindo para você por gentileza se quiser repetir, eu vou responder.

Edmo: A Sra. não tem então avaliação ainda sobre o casarão, precisa ser feito ainda, é isso?

Débora CONDEPHAAT: Não, nós não visitamos o casarão ainda, portanto a gente precisa conhecê-lo.

Edmo: Então, eu lamento que minhas colocações aqui foram falas em vão. Para sua pessoa infelizmente foi.

Débora CONDEPHAAT: Para a gente poder avaliar...

Edmo: Para sua pessoa Infelizmente foi, eu agradeço de qualquer forma e lamento que não tenha sido observado as minhas observações, Sr. Presidente. Eu lamento muito isso.

Débora CONDEPHAAT: Não é isso, eu disse ao Sr. que não...

Edmo: Isso ratifica mais a minha solicitação e minha observação inicial que nós não estamos sendo ouvidos desde o começo e eu insisto que o processo volte ao início. Essa é a minha sugestão.

Rosane CONDEPHAAT: Eu anotei tudo o que Debora poderia responder em relação as suas perguntas então eu também posso responder.

Edmo: Pois não, por favor, responda. Eu fiz varias perguntas para ela, porque o comentário é que o tombamento não impede a utilização econômica do imóvel, foi ela que fez por isso perguntei para ela.

Rosane CONDEPHAAT: Tanto Debora quanto eu compartilhamos da mesma percepção a respeito do tombamento.

Edmo: E qual é a sua opinião sobre a Ballagro? Qual o posicionamento? Qual a interpretação que vocês fazem?

Rosane CONDEPHAAT: A nossa interpretação é o seguinte, o senhor já preservou o imóvel, o senhor poderia ter demolir um imóvel que encontrou quase sobre ruínas, pelo fato de ter preservado o senhor viu naquele objeto arquitetônico uma funcionalidade e integrou esse edifício antigo ao seu complexo, mesmo que edifício tenha passado por uma reforma e atualmente ele funciona como escritório do Sr., e aparentemente funciona muito bem, da mesma forma que as outras instalações da sua empresa. Com o tombamento nada mudaria em termos do funcionamento do seu escritório, se o senhor dissesse “Pretendo construir mais outros galpões industriais”, a Legislação que o senhor teria que observar caso não previsse a demolição do Casarão seriam as Legislações Municipais, que do ponto de vista da preservação, mantendo o imóvel preservado o senhor já estaria...

Edmo: Então eu insisto mais uma vez que lamentavelmente a minhas argumentações não estão sendo consideradas.

Rosane CONDEPHAAT: O Sr. está falando do processo?

Edmo: Porque pela nossa avaliação, pelas documentações que nós temos lá e pela utilização que nós fizemos do casarão, são incompatíveis com o tombamento. Se você já manifesta que não está sendo feita a discordância disso, então lamentavelmente nós estamos perdendo tempo, especificamente eu.

Rosane CONDEPHAAT: O senhor pretende desenvolver outro tipo de atividade que demande uma reconstrução do edifício?

Edmo: Eu não sei, o futuro eu não sei, o futuro só a Deus pertence.

Rosane CONDEPHAAT: Se o senhor não sabe a pergunta eu também não sei a resposta.

Edmilson: O que o senhor acha que vai ter de documentação do seu imóvel?

Edmo: Eu não consigo utilizar o imóvel tombado e exercer as funções que tem lá dentro, eu fiz leitura disso.

Edmilson: Eu não entendi qual a função que o Sr. não vai conseguir exercer.

Edmo: A função da qual as pessoas que estão lá dentro estão desenvolvendo hoje porque o imóvel será tombado.

Débora CONDEPHAAT: e o Sr. utiliza hoje como escritório, e é plenamente compatível com o tombamento.

Edmo: Então eu acho que estamos aqui, na minha interpretação com todo respeito às outras partes, jogando um jogo de cartas marcadas.

Presidente Ver. GLAUCO: Só uma pergunta...

Edmo: Essa é a minha observação apenas, eu tenho mais uma pequena observação. Quando a Sra. fala que nós não tivemos incentivos, isso é só um comentário, nós não tivemos incentivos porque nós não solicitamos esses incentivos, porque nós entendíamos que nós não precisávamos. Eu também acredito que eu não necessito vir e pedir incentivos, porque eu acredito que o casarão não será tombado. Então, mesmo a moça que sugeriu aqui na frente que nós solicitássemos incentivos fiscais, na minha opinião isso não será necessário, porque no nosso entendimento o casarão não será tombado, pois as atividades que nós exercemos lá dentro são incompatíveis com o tombamento do casarão porque, para a finalidade da atividade que exercemos lá, ele não mais servirá.

Débora CONDEPHAAT: Sr. Edmo posso fazer uma pergunta? Eu gostaria de saber o que o Sr. entende pelo tombamento?

Presidente Ver. GLAUCO: Posso ajudar na pergunta? Ele só não pode mexer no casarão, se ele quiser construir mais galpões na área ele pode?

Débora CONDEPHAAT: Ele pode mexer no casarão, a questão é que quando ele for fazer algum tipo de intervenção nós nem sabemos de que tipo de intervenção...

Presidente Ver. GLAUCO: No casarão?

Débora CONDEPHAAT: É, no casarão. Nós estamos falando aqui da proposta foi apresentada e a proposta prevê apenas, se eu tiver errada, por favor, me corrija Rosane, a proposta prevê apenas a preservação do casarão. Nós não sabemos ainda, porque não chegamos ao fim do estudo, qual vai ser o tipo de proteção a ser aplicada. Essa proteção, por exemplo, pode ser apenas da parte externa da casa e do volume da casa, não necessariamente a parte interna, que é a que geralmente se faz a preservação, só do que fica por fora e do volume da casa, geralmente é isso que ocorre no terreno.

Presidente Ver. GLAUCO: E no terreno?

Débora CONDEPHAAT: O terreno não está incluído no tom-

bamento.

Edmo: O casarão está onde?

Débora CONDEPHAAT: Não, é isso que eu estou dizendo para o senhor, o que senhor entendeu pelo tombamento?

Presidente Ver. GLAUCO: Ele pode fazer o galpão se ele quiser, e consequentemente expandir a área construída da indústria?

Débora CONDEPHAAT: Do ponto de vista da preservação do patrimônio, sim. Agora tem as questões da legislação Municipal que não nos compete. Portanto, se o senhor tivesse ouvido o que eu falei, o senhor não prestou atenção, mas desde 2003... O senhor vai ouvir? O senhor pode ouvir?

Presidente Ver. GLAUCO: Por favor, vamos manter o debate.

Débora CONDEPHAAT: É importante para o senhor entender, porque o senhor está utilizando uma Legislação que já foi superada por uma Legislação de 2013. Sim, eu trabalho com isso. Eu trabalho com isso, desculpa. O senhor está equivocado.

Wilson: É Uma resolução...

Débora CONDEPHAAT: Não é uma resolução, é um decreto. É um decreto do ano... Posso falar? Posso terminar? Então talvez o senhor...

Presidente Ver. GLAUCO: Eu vou pedir ao nobre colega Wilson, se o senhor puder vir fazer parte da mesa, por favor Wilson, para a gente poder gravar.

Wilson: Agradeço o convite para eu fazer parte aqui da mesa.

Débora CONDEPHAAT: Posso terminar por gentileza? Eu gostaria de continuar esclarecendo a questão e eu gostaria, por gentileza, que o senhor me desse dois minutos da sua atenção para o senhor entender aquilo que eu estou dizendo, por gentileza.

Edmo: Eu já lhe dei 3 horas da minha atenção e darei mais quanto tempo for necessário. Eu estou aqui para ouvir.

Débora CONDEPHAAT: Então por gentileza eu gostaria de continuar a explicação sobre

Edmo: Agora, eu gostaria de ser ouvido com imparcialidade, vocês já têm uma decisão. Então eu acho que nós estamos perdendo tempo aqui, eu insisto nisso.

Débora CONDEPHAAT: Então o senhor talvez não tenha entendido que como eu disse a nossa função é técnica e é fornecer informações para um conselho que toma a decisão, não somos nós que tomamos essa decisão, são 24 pessoas que tomam. Não é pré-estabelecido, me desculpe. Isso é a opinião do senhor e eu respeito, tudo bem.

Edmo: É uma manifestação.

Débora CONDEPHAAT: É a sua manifestação. Posso continuar por gentileza? Eu estou prestando esclarecimentos e eu gostaria que o senhor prestasse atenção no que estou querendo explicar.

Edmo: Você não está prestando atenção.

Débora CONDEPHAAT: Eu estou prestando atenção no senhor, eu estou.

Edmo: Quando eu falei e apresentei minhas argumentações, a senhora em momento algum prestou atenção.

Débora CONDEPHAAT: Quem disse? O senhor está tirando suas próprias conclusões a partir da sua percepção.

Edmo: Você não sabe o que eu falei.

Débora CONDEPHAAT: Eu sei o que o senhor falou, eu só não me lembro exatamente todos os quesitos que o senhor citou, nem o senhor lembra de tudo que eu disse, por isso que tem gravações, é para isso. Mas como eu estava respondendo ao Sr. Presidente da Casa...

Edmo: Eu estou ouvindo, pode falar, por favor.

Débora CONDEPHAAT: Obrigada. Então, como eu estava dizendo, o nível de preservação vai depender quando chegar ao final do estudo. Essa preservação costuma de um modo geral, principalmente quando se trata de residências, nós entendemos que existe uma necessidade de adaptação dos imóveis para o desenvolvimento da vida normal. Então, por exemplo, não faz sentido a gente preservar a casas do início do século que tinha um banheiro do lado de fora e dizer que não se pode construir um banheiro do lado de dentro desse imóvel, a preservação leva em consideração tudo isso. Vamos supor que ao final do estudo nós entendamos que esse casarão deva ser preservado, mas o que deve ser preservado consiste apenas na sua fachada e no seu volume, ou seja, aquele volume que aquela casa ocupa naquele espaço, as modificações podem ser feitas? Podem, desde que sejam submetidas previamente a uma avaliação do conselho do CONDEPHAAT, que vai apontar se a modificação proposta vai apresentar algum tipo de dano ou não para o patrimônio, de uma forma geral é isso. Não é que não pode mexer, pode, mas vai seguir algumas regras. Com relação ao entorno e aí respondendo ao senhor Wilson, como eu disse talvez o senhor infelizmente não tenha estado aqui, não sei, mas desde 2003 no CONDEPHAAT existe um decreto que desobriga o conselho nas suas decisões de estabelecer um raio automático de 300 m a partir do bem tombado. Portanto, a partir da avaliação individual de cada bem é estabelecido se uma área envoltória vai ser aplicável ou não. No caso do casarão do senhor Edmo não existe a previsão de uma área envoltória para este imóvel. Portanto, a Legislação que o sr. mencionou além de ser uma Legislação que se aplica a atividade do Órgão Federal, que é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se aplica ao nosso caso porque nós temos um Decreto Estadual que estabelece de maneira diversa. Portanto, desde 2003 não é dessa forma que ocorre, é isso eu gostaria de explicar e de esclarecer para o senhor, essa é a função da gente aqui.

Wilson: Seu nome é Débora? Débora, só para que não tenha desentendimento, na verdade acabei falando ali, o Presidente me deu até oportunidade de vir aqui falar. Embora você tenha mencionado que o decreto 25 já é uma legislação que não se aplica, mas você não mencionou qual é o novo decreto, então eu só queria dizer o seguinte, até pelo porque sou leigo e com o pouco conhecimento que tenho, desconheço que uma Legislação tanto Municipal quanto uma Legislação do Governo do Estado de São Paulo possa superar a uma Legislação Federal. Eu não tenho esse conhecimento e desconheço previsão legal pela Constituição Federal, até porque a Débora mencionou e eu achei muito prudente você mencionar o tempo inteiro, e quero que você saia daqui ciente que em momento algum nós acreditamos que vocês estão fazendo alguma coisa fora da legalidade, em hipótese alguma, tudo dentro da legalidade. Eu discordo se alguém mencionou que o procedimento está fora da legalidade, discordo porque existe uma previsão legal, existe uma base legal para isso. O que eu não concordo é que quando você mencionou o artigo 37 esqueceu-se da publicidade, porque não foi dado publicidade ao Município. E quando você fala da moralidade e da impessoalidade...

Débora CONDEPHAAT: É legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, os 5 princípios da Administração.

Wilson: Então, mas a publicidade e a eficiência você não mencionou, você mencionou só a legalidade. Então como as pessoas aqui são, com todo e devido respeito, não são operadores do Direito, então elas não têm esse conhecimento.

Débora CONDEPHAAT: Sim.

Wilson: Então falar da legalidade é muito fácil, mas nós temos que lembrar da publicidade e da eficiência para que o Município possa ter algum avanço.

Débora CONDEPHAAT: O que o senhor entende por publicidade na Administração Pública?

Wilson: Primeiramente, não deveriam ter feito da maneira que foi feito sem dar publicidade para a sociedade como um todo. Publicidade é você levar ao conhecimento da sociedade

Débora CONDEPHAAT: E publicada no Diário Oficial.

Wilson: Não.

Débora CONDEPHAAT: É sim, o Governo do Estado se manifesta por meio de publicação. Gente, 5 dias úteis antes da reunião do CONDEPHAAT é apresentado. É publicado no Diário Oficial com 5 dias de antecedência a pauta do CONDEPHAAT. Eu acho que a coisa está se tornando meio inócua. O que eu quero dizer é que se existe...

Wilson: O nobre Presidente tomou ciência ou conhecimento que existia um processo que pleiteava o tombamento?

Presidente Ver. GLAUCO: Não.

Wilson: A Câmara de Vereadores tomou ciência?

Débora CONDEPHAAT: Também não.

Wilson: Foi dada publicidade antes da publicação ou só depois?

Edmilson: Se me permite, primeiramente, o decreto que foi utilizado é o 25. Ele organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é em relação o IPHAN. O IPHAN não se aplica ao Estado São Paulo, tem uma Lei Estadual específica que regula e não têm os 300 metros no entorno dessa Lei Estadual.

Débora CONDEPHAAT: Ela já teve, mas hoje esse dispositivo foi revisito e pode não ter. Só para complementar, o decreto da desobrigação de impor automaticamente raio de 300 metros ao CONDEPHAAT, de 48137 de 7 de outubro de 2003, esse é o decreto.

Edmilson: É recente. Eu acho que a gente tem que procurar conciliar o novo com o antigo. Então não adianta, acho que tem muito interesse econômico envolvido nisso daí e isso dificulta às vezes, a gente acaba indo pelo lado pessoal. Mas o que é importante, Piracaia eu acho que é uma região em desenvolvimento, Batatuba inclusive tem um parque industrial, um condomínio Industrial, que estava saindo do lado do Nashville ali e não é por isso que está implantada empresa. Então não é porque vai a leilão e vai automaticamente gerar, porque a gente não tem nem como obrigar quem comprar a gerar emprego, ele pode fazer loteamentos residenciais. Então a gente não sabe o que vai ser feito, mas tudo bem. Eu acho que a gente tem que chegar aqui e pautar na conciliação, tentar chegar. Uma pergunta que eu tenho a fazer, se é possível o conselho que vai decidir isso, vocês vão reunir o material, é uma sessão pública do conselho e cabe uma sustentação oral das partes? Essa foi a primeira fase. Agora para concluir, por exemplo, se fosse dada publicidade “Vai tombar tal imóvel”, eu quero saber se vai iniciar o processo de tombamento e o cara vai e derruba antes de você declararem que não pode mexer na área. Então é uma questão óbvia que você só vai dar publicidade em determinado momento.

Débora CONDEPHAAT: Mesmo assim o CONDEPHAAT publica com 5 dias de antecedência.

Wilson: Eu não entendi, eu não entendi.

Débora CONDEPHAAT: Eu estou falando senhor.

Edmilson: Eu estou falando o seguinte, se vai iniciar um processo e todo mundo está tomando conhecimento, o proprietário principalmente, que já está sabendo que está se iniciando um processo de tombamento, porque tem um momento que a partir dali não é permitido, acho que com a notificação, não pode mexer mais no imóvel.

Débora CONDEPHAAT: Toda a reunião do conselho tem a publicação da pauta tanto no Diário Oficial no site do CONDEPHAAT com 5 dias de antecedência...mas isso é publicidade me desculpe. Novamente desculpem, mas assim novamente existe

a nossa opinião e existe a legislação. Mais uma vez eu ressaltar que se alguém entende que existiu algum procedimento que descumpriu o processo administrativo, tem o direito de apresentar uma denúncia ou uma contestação dentro do âmbito do Processo Administrativo ou Ministério Público. O nosso trabalho está sujeito à verificação de qualquer Órgão no trabalho Público. Continuando, para esclarecer, eu acho que a gente pode caminhar para o final porque senão a gente não vai sair daqui. Todo ato, pela lei, tem que ser público. A forma que o Governo não só do Estado, mas Federal e Municipal, tem de se comunicar publicamente é por meio do Diário Oficial. Desculpa, o senhor não lê, tudo bem, mas a publicidade foi feita. Portanto, a lei estabelece a publicidade, e a publicidade foi dada por meio do Diário Oficial e adicionalmente o CONDEPHAAT publica 5 dias úteis antes da reunião a pauta no site do CONDEPHAAT com as sessões públicas abertas ao público, sempre às segundas-feiras quinzenais.

Wilson: Debora, eu acho que ele colocou uma coisa para você e é por isso que eu estou querendo levar a pergunta a ele e você, esclareceu muito bem e eu tive esse entendimento, mas se eu puder repetir...

Edmilson: Eu acho o seguinte, se a pessoa que quer dar uma destinação diversa na área, economicamente, e ela fica sabendo que vai haver um processo de tombamento e tem uma ideia de fazer um empreendimento, ela vai demolir o imóvel para inviabilizar esse tombamento.

Wilson: O senhor está querendo dizer então que não foi cumprida a Legislação e que não houve a publicidade devida?

Edmilson: Não, eu não sei, eu estou falando que pode não ter tido a publicidade.

Rosane CONDEPHAAT: Houve a publicação.

Wilson: O proprietário foi notificado?

Edmilson: Não, não.

Wilson: O síndico da massa foi notificado?

Edmilson: Acredito que não, mas isso é o procedimento legal.

Wilson: A Prefeitura foi notificada?

Edmilson: Ninguém foi, é um procedimento legal. Foi pelo Diário Oficial.

Wilson: Prefeito, precisa falar com o Governador.

Luiz Henrique: Dr. Edmilson, nessa colocação que fez, a família Matarazzo foi ligeira e passou raasteira no CONDEPHAAT, começaram a cogitar da pautar e foram lá e derrubaram o casarão da Avenida Paulista.

Edmilson: Porque eles tinham outra visão de empreendimento.

Luiz Henrique: Só para completar, eu repito novamente, não termina em 90 dias. Se para responder um simples e-mail o CONDEPHAAT demorou 15 dias para responder o Dr. Bata, como a senhora mesmo disse e justificou o seguinte: “Nós não temos pessoal suficiente, são poucas pessoas para atender 600 e tantos Municípios”. É por isso que eu então, mais uma vez, afirmo não termina em 90 dias e nem em 9 meses.

Wilson: E fica meu pedido para o Prefeito e ao Presidente da Câmara para que marque uma agenda com o Governador para que a gente possa...

Presidente Ver. GLAUCO: Eu vou pedir para que a gente já vá encerrando. Por favor, considerações finais.

Edmilson: Debora, se o conselho decidir, o Governador tem poder para...

Presidente Ver. GLAUCO: Mas eu acho que isso não é pertinente, vai virar um debate político.

Debora CONDEPHAAT: Eu acho que é importante esclarecer como funciona. Nós finalizamos nosso parecer em 90 dias porque nosso compromisso público que foi firmado, o nosso trabalho será entregue dentro dos 90 dias ao conselho do CONDEPHAAT. Esse é o compromisso estabelecido da área técnica e esse compromisso será cumprido porque nós temos comprometimento público.

Luiz Henrique: E eu espero. O mínimo do CONDEPHAAT que cumpra. E uma vez que está registrado aqui...

Debora CONDEPHAAT: E o senhor tem todo o direito de esperar, porque nós somos o serviço público. Continuando, finalizado o parecer encaminhamos isso para o conselho. O conselho tem um prazo para designar um conselheiro relator, chegou lá um eirólheiro, uma pessoa vai relatar todo esse processo e tem até 30 dias para devolver isso para o plenário, para ser debatido coletivamente pelo plenário. Feito isso, abre-se, vamos supor, independente da decisão, seja pelo tombamento ou pelo arquivamento do pedido, toda decisão como todo processo administrativo cabe recurso, abre-se o prazo de 15 dias para qualquer interessado, qualquer pessoa, apresentar o recurso. Feito esse recurso, isso volta para a análise técnica, a área técnica manifesta-se sobre aquelas contestações e devolve ao conselho, que vai apreciar se acata ou não as contestações. Isso vai por fim, se for tombado, para homologação do secretário e, caso o secretário entenda que alguma das manifestações tem a pertinência e não deve haver o tombamento, também pode ser finalizado ali e o secretário pode não homologar, ou seja, o secretário pode ser contrário ao entendimento do Conselho. Se o secretário optar pelo tombamento, ainda assim cabe o recurso ao Governador do Estado de São Paulo. Portanto, cabem três recursos ao menos...

Edmilson: Portanto a decisão vai ser política...

Debora CONDEPHAAT: E amplamente resguardada pelo direito ao contraditório.

Wilson: Lembra do presídio, Prefeito? Iam fazer um presídio aqui. Vamos lá resolver esse problema.

Prefeito Silvino: Debora, só finalizando, isso me preocupa, que a gente que é agente político, é bom todo mundo escutar, quando você termina que o nobre ex- vereador, resumindo é igual ao tribunal de contas, ele vai, ele reprova e a Câmara aprova, quer dizer, extremamente político. Eu não queria que fosse isso daí extremamente político.

Debora CONDEPHAAT: Olha, como eu disse nós somos toda área técnica.

Prefeito Silvino: Quer dizer então que toda área técnica que faz audiência, eu estou vendo que vai estar na mão do Dória e ele que vai decidir isso daí.

Wilson: Eu acho que já tá tombado, eu acho que já tombou já faz tempo.

Edmo: Silvino, desculpa, mas a audiência quem fez foi essa Câmara de Vereadores de Piracaia, a área técnica não fez audiência nenhuma, nem na primeira instrução na construção do projeto e nem em fase nenhuma, e nós estamos na terceira fase, insisto que não houve nenhuma audiência.

Prefeito Silvino: Tem gente aqui de Batatuba nos ouvindo e bastante transmissão, porque quando se faz fala assim em 90 dias. Quem tá fazendo a ata da Câmara, é 90 dias para entregar o relatório da equipe técnica.

Presidente Ver. GLAUCO: Exatamente.

Prefeito Silvino: Então vocês estão vendo que não são 90 dias, isso é bom Débora, com todo respeito ao CONDEPHAAT e todos vocês que estão aqui, até a menina do CONDEPHAAT está aqui grávida a essa hora, mas deixar claro que é o serviço do CONDEPHAAT os 90 dias, isso vai anos porque vai ter recurso daqui e recurso dali, porque senão fica a área técnica do CONDEPHAAT aqui e vocês saem daqui como vilãs. Então eu queria deixar bem claro, Debora.

Débora CONDEPHAAT: isso porque foi explicado aqui desde o começo que nós aqui não temos poder deliberativo algum, a nossa função é técnica e a gente veio aqui para prestar esclarecimentos técnicos.

Prefeito Silvino: Então eu acho que está na hora também, mais uma vez eu parablenizo pelas audiências públicas, e pegando o gancho do seu Edmo que agora está na hora de fazer mais audiência pública, temos aqui agentes políticos, tentar sentar com todo mundo e entrar num consenso. Porque a área técnica vai entregar, daí vai ter recurso de um lado e recurso do outro lado. O que vai acontecer? Não tem tombamento, não tem progresso da cidade e ninguém de Batatuba que são os maiores prejudicados, o povo que tem que receber de Batatuba.

Wilson: Então vamos falar com o Governador logo, Prefeito. Vamos falar com o Governador logo.

Prefeito Silvino: A questão não é essa, eu acho que a questão agora tem que ouvir de todo mundo e chegar num consenso, isso é o que eu vejo. Eu estava conversando hoje, só para finalizar, no gabinete que até o senhor Edmofalou isso, aqui tem que ser provocado bastante antes. Eu acho que até essa audiência pública sirva de exemplo para várias audiências públicas, porque isso mostra que tem o debate para chegar no coeficiente comum, Obrigado.

Presidente Ver. GLAUCO: O mais importante é que o debate democrático foi estabelecido, e discussões e discordâncias de ideias são normais. Agradeço as técnicas do CONDEPHAAT, agradeço ao senhor Luiz Henrique, ao Wilson, ao Dirceu, senhor Edmo e a todo o público presente. Só deixo um apelo concreto aqui para vocês, que vocês do CONDEPHAAT, eu sei que vocês são da área técnica, mas o futuro da nossa cidade está na mão de vocês. Eu acho que quanto a Vila ser tombada ninguém é contra, mas o aeroporto é onde está uma das maiores indústrias de Piracaia, Ballagro, eu peço para vocês, não sei se é possível, encarecidamente que olhem com mais carinho. Então mais uma vez agradeço a presença de todos, da guarda municipal sempre presente, o senhor Prefeito, os nobres pares, funcionários da casa e dou por encerrado a presente audiência, muito obrigado. A ata estará disponível no site da Câmara.

EXPEDIENTE

Imprensa Oficial do Poder Legislativo Municipal de Piracaia

Câmara Municipal de Piracaia

Praça Santo Antonio, 57 – Centro

Fone/Fax: (11) 4036 6222 - Piracaia (SP)

CEP: 12970-000 CNPJ: 01.676.031/0001-20

Presidente da Câmara Municipal: Glauco Godoy

Jornalista Responsável: Rogério Vincenzi - MTB: 0082819-SP

Resolução nº 79/2018